

Copyright © 2020

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não implicam a expressão de opinião alguma por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do presente Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-membro da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável que não sejam mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, quer explícita quer implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020, que assinala o seu 30.º Aniversário, é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990, que têm como premissa uma análise independente, intelectual e empiricamente fundamentada, das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

Encontram-se disponíveis online recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020, em <http://hdr.undp.org>. Os recursos consultáveis na página Web incluem versões digitais e traduções do Relatório e da síntese em mais de 10 línguas; uma versão Web interativa do Relatório; um conjunto de documentos de investigação e de artigos de opinião e análise sobre o desenvolvimento humano solicitados para a elaboração do presente Relatório; visualizações interativas e bases de dados, contendo indicadores de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias usadas nos índices do relatório; fichas informativas dos países e outro material de base; e os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano de cariz global, regional e nacional. Estão igualmente disponíveis online correções e adendas.

A capa simboliza as ligações complexas entre as pessoas e o planeta, cuja interdependência é um marco do Antropoceno. A imagem evoca as múltiplas possibilidades de as pessoas e o planeta florescerem juntos se a humanidade, no que toca ao desenvolvimento, fizer escolhas diferentes que visem reforçar a equidade, fomentar a inovação e incutir um sentido de conservação da natureza.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2020

SÍNTESE

A próxima fronteira

O desenvolvimento humano e o Antropoceno



Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
(PNUD)

*Ao serviço
das pessoas
e das nações*

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2020* só foram possíveis graças ao apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Equipa

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Jacob Assa, Cecilia Calderon, Fernanda Pavez Esbry, Ricardo Fuentes, Yu-Chieh Hsu, Milorad Kovacevic, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tasneem Mirza, Shivani Nayyar, Josefin Pasanen, Carolina Rivera Vázquez, Heriberto Tapia e Yanchun Zhang

Produção, comunicações, área operacional

Rezarta Godo, Kristin Hagegård, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Admir Jahic, Fe Juarez Shanahan, Sarantuya Mend, Anna Ortubia, Yumna Rathore, Dharshani Seneviratne e Marium Soomro

Prefácio

Escondido na longa penumbra da Covid-19, 2020 foi um ano sombrio. Os cientistas têm alertado para a chegada de uma pandemia como esta há anos, apontando o aumento do número de agentes patogénicos zoonóticos – transmissíveis de animais para seres humanos – como um reflexo das pressões que as pessoas exercem sobre o planeta Terra.

Estas pressões têm vindo a crescer exponencialmente ao longo dos últimos 100 anos. A humanidade alcançou feitos incríveis, mas levámos a Terra ao limite. As alterações climáticas, as desigualdades fraturantes, os números recorde de pessoas forçadas a abandonar os seus lares pelo conflito e pela crise – tudo isto é o resultado de sociedades que valorizam aquilo que medem, em vez de medirem o que valorizam.

De facto, as pressões que exercemos sobre o planeta tornaram-se tão intensas que os cientistas têm considerado a possibilidade de a Terra ter entrado numa era geológica inteiramente nova: o Antropoceno ou a era dos seres humanos. Isto significa que somos as primeiras pessoas a viver numa época definida pelas opções humanas, em que o risco predominante para a nossa sobrevivência somos nós próprios.

A próxima fronteira do desenvolvimento humano, cuja exploração está no âmago desta edição comemorativa do 30.º aniversário do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, é o seu progresso em simultâneo com a eliminação destas pressões sobre o planeta.

Para podermos sobreviver e prosperar nesta nova era, é necessário traçarmos uma nova trajetória de progresso, que respeite o destino entrelaçado da humanidade e do planeta. Há que reconhecer que são as pegadas de carbono e material das pessoas que mais têm que estão a asfixiar as oportunidades das que menos têm.

Por exemplo, as ações de uma pessoa indígena na Amazônia, cujo conservacionismo contribui para a proteção de uma grande parte das florestas tropicais do mundo, compensam o equivalente às emissões de carbono de alguém que pertença ao 1 por cento de pessoas mais ricas do planeta. No entanto, os povos indígenas continuam a enfrentar privações, perseguição e discriminação.

A despeito da possibilidade de viverem e morrerem quatro mil gerações até o dióxido de carbono libertado entre a Revolução Industrial e os dias de hoje ser purgado da nossa atmosfera, os responsáveis pela tomada de decisões continuam a subsidiar os combustíveis fósseis, prolongando a nossa dependência do carbono, como se de uma droga a percorrer as veias da economia se tratasse.

Além disso, ao passo que os países mais ricos do mundo poderão registar, durante a nossa vida, até menos 18 dias por ano de condições meteorológicas extremas, é provável que os países mais pobres venham a enfrentar até mais 100 dias deste tipo de condições. Contudo, ainda é possível reduzir esse número em metade se o Acordo de Paris for plenamente implementado.

Chegou o tempo de mudar. O nosso futuro não é uma questão de escolher entre pessoas e árvores, mas sim entre ambas ou nenhuma.

Quando o Relatório do Desenvolvimento Humano pôs em causa, pela primeira vez, a primazia do crescimento enquanto indicador do progresso, em 1990, a Guerra Fria ainda dava forma à geopolítica, a Internet tinha acabado de ser inventada e muito poucas pessoas tinham ouvido falar das alterações climáticas. Nessa altura, o PNUD ofereceu uma alternativa progressista ao PIB, classificando todos os países de acordo com o grau em que as respetivas populações dispunham da liberdade e da oportunidade para viverem uma vida a que dessem valor. Ao fazê-lo, demos a palavra a um novo debate acerca do significado de uma vida boa e das formas de a alcançar.

Trinta anos depois, muita coisa mudou, mas não a esperança nem a possibilidade. Se as pessoas têm o poder de criar uma era geológica completamente nova, também têm o poder de optar pela mudança. Não somos a última geração do Antropoceno; somos a primeira a reconhecê-lo. Somos os exploradores, os inovadores com o privilégio de decidir os motivos pelos quais esta – a primeira geração do Antropoceno – será lembrada.

Seremos recordados pelos fósseis que deixarmos: um rasto de espécies há muito extintas, afundadas e fossilizadas na lama, juntamente com escovas de dentes e tampas de garrafas de plástico, um legado de perda e desperdício? Ou deixaremos uma marca bem mais preciosa: o equilíbrio entre as pessoas e o planeta, um futuro justo e equitativo?

A Próxima Fronteira: O Desenvolvimento Humano e o Antropoceno delinea esta escolha, oferecendo uma alternativa estimulante e necessária à paralisia perante o agravamento da pobreza e das desigualdades, bem como às alarmantes alterações a nível planetário. Através do novo e experimental Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta apresentado no Relatório, esperamos lançar uma discussão renovada em torno do caminho a percorrer por cada país – um percurso ainda por explorar. O rumo a seguir após a Covid-19 será o trajeto de toda uma geração. Esperamos que seja um caminho que todas as pessoas escolham trilhar juntas.



Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

Todas as pessoas, em todo o mundo, foram afetadas pela pandemia de Covid-19. Por entre um sofrimento indescritível, o processo de elaboração de um Relatório do Desenvolvimento Humano pareceu, muitas vezes, menos urgente ao longo de 2020. A equipa do Relatório sentiu a necessidade de documentar o impacto gradual e devastador da pandemia sobre o desenvolvimento humano, apoiando a resposta do PNUD à crise. O processo cuidadosamente planeado de consultas e reuniões de equipa teve de ser cancelado ou alterado de uma forma sem precedentes. Esta situação obrigou-nos a reinventar o típico processo de elaboração do Relatório. Em muitas alturas, parecia, simplesmente, impossível terminar o Relatório a tempo. Só foi possível concluí-lo graças à convicção de que o Relatório tinha algo importante a dizer sobre a crise deste ano, à obrigação de honrar 30 anos de Relatórios do Desenvolvimento Humano e ao encorajamento, generosidade e contributo de tantas pessoas, que reconhecemos, ainda que apenas de modo imperfeito e parcial, nestes agradecimentos.

Os membros do nosso Conselho Consultivo, liderados por Tharman Shanmugaratnam e A. Michael Spence, na qualidade de Copresidentes, prestaram-nos apoio em diversas e longas reuniões virtuais, oferecendo conselhos detalhados sobre as quatro versões de rascunhos demasiado extensos. Os outros membros do Conselho Consultivo eram Olu Ajakaiye, Kaushik Basu, Haroon Borhat, Gretchen C. Daily, Marc Fleurbaey, Xiheng Jiang, Ravi Kanbur, Jaya Krishnakumar, Melissa Leach, Laura Chinchilla Miranda, Thomas Piketty, Janez Potočnik, Frances Stewart, Pavan Sukhdev, Ilona Szabó de Carvalho, Krushil Watene e Helga Weisz.

Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações sobre vários aspetos

metodológicos e dos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Mario Biggeri, Camilo Ceita, Ludgarde Coppens, Koen Decancq, Marie Haldorson, Jason Hickel, Steve Macfeely, Mohd Uzir Mahidin, Silvia Montoya, Shantanu Mukherjee, Michaela Saisana, Hany Torkey e Dany Wazen.

Muitos outros sem um cargo consultivo formal prestaram aconselhamento, incluindo Inês L. Azevedo, Anthony Cox, Andrew Crabtree, Erle C. Ellis, Eli Fenichel, Victor Galaz, Douglas Gollin, Judith Macgregor, Lígia Noronha, Belinda Reyers, Ingrid Robeyns, Paul Schreyer, Amartya Sen, Nicholas Stern, Joseph E. Stiglitz, Izabella Teixeira e Duncan Wingham.

Agradecemos, em especial, a estreita colaboração com os nossos parceiros no World Inequality Lab (Laboratório Mundial da Desigualdade), incluindo Lucas Chancel e Tancrede Voituriez, e com colegas do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, incluindo Inger Andersen, María José Baptista, Maxwell Gomera, Pushpam Kumar, Cornelia Pretorius, Steven Stone e Merlyn Van Voore, e do Conselho Internacional da Ciência, incluindo Eve El Chehaly, Mathieu Denis, Peter Gluckman, Heide Hackmann, Binyam Sisay Mendisu, Dirk Messner, Alison Meston, Elisa Reis, Asunción Lera St. Clair, Megha Sud e Zhenya Tsoy, com quem estabelecemos uma parceria, de modo a iniciar um debate contínuo para repensar o desenvolvimento humano. Estamos gratos pela oportunidade de apresentar e receber *feedback* do Painel Internacional de Recursos, bem como pela estreita colaboração prestada pelo Centro de Resiliência de Estocolmo, na Universidade de Estocolmo, e pelo seu apoio.

Agradecemos, ainda, todos os dados facultados, contributos escritos e análises por pares dos rascunhos de capítulos do Relatório, incluindo os de Nuzhat

Ahmad, Sabina Alkire, Simon Anholt, Edward Barbier, Scott Barrett, Kendon Bell, Joaquín Bernal, Christelle Cazabat, Manqi Chang, Ajay Chhibber, David Collste, Sarah Cornell, Bina Desai, Simon Dikau, Andrea S. Downing, Maria Teresa Miranda Espinosa, David Farrier, Katherine Farrow, John E. Fernández, Eduardo Flores Mendoza, Max Franks, William Gbohoui, Arunabha Ghosh, Oscar Gomez, Nandini Harihar, Dina Hestad, Solomon Hsiang, Inge Kaul, Axel Kleidon, Fanni Kosvedi, Jan. J. Kuiper, Timothy M. Lenton, Wolfgang Lutz, Khalid Malik, Wolf M. Mooij, Michael Muthukrishna, Karine Nyborg, Karen O'Brien, Carl Obst, José Antonio Ocampo, Toby Ord, Ian Parry, Catherine Pattillo, Jonathan Proctor, Francisco R. Rodríguez, Valentina Rotondi, Roman Seidl, Uno Svedin, Jeanette Tseng, Iñaki Permanyer Ugartemendia, David G. Victor, Gaia Vince e Dianneke van Wijk.

Foram realizadas uma série de consultas virtuais a especialistas em determinados assuntos e regiões, entre fevereiro e setembro de 2020, assim como presenciais, em Nova Iorque; na República da Coreia, organizadas pelo Seoul Policy Centre (Centro de Política de Seul) do PNUD; e no Zimbabué, sob os auspícios da Comissão Económica das Nações Unidas para África. Estamos gratos pelos contributos, durante estas consultas, de Lilibeth Acosta-Michlik, Bina Agarwal, Sanghoon Ahn, Joseph Aldy, Alessandra Alfieri, Frans Berkhout, Steve Brumby, Anthony Cak, Hongmin Chun, Keeyong Chung, William Clark, Flavio Comin, Adriana Conconi, Fabio Corsi, Diane Coyle, Rosie Day, Fiona Dove, Paul Ekins, Marina Fischer-Kowalski, Enrico Giovannini, Pamela Green, Peter Haas, Raya Haffar El Hassan, Mark Halle, Stéphane Hallegatte, Laurel Hanscom, Gordon Hanson, Ilpyo Hong, Samantha Hyde, Sandhya Seshadri Iyer, Nobuko Kajjira, Thomas Kalinowski, Simrit Kaur, Asim I. Khwaja, Yeonsoo Kim, Randall Krantz, Sarah Lattrell, Henry Lee, David Lin, Ben

Metz, James Murombedzi, Connie Nshemereirwe, John Ouma-Mugabe, Jihyeon Irene Park, Richard Peiser, Richard Poulton, Isabel Guerrero Pulgar, Steven Ramage, Forest Reinhardt, Katherine Richardson, Jin Hong Rim, Giovanni Ruta, Sabyasachi Saha, Saurabh Sinha, Ingvild Solvang, Yo Whan Son, Tanja Srebotnjak, Jomo Kwame Sundaram, Philip Thigo, Charles Vörösmarty, Mathis Wackernagel, Robert Watson e Kayla Walsh.

Foi, ainda, prestado apoio por tantas pessoas cuja lista é demasiado numerosa para elencar neste espaço. Está disponível uma lista de consultas em <http://hdr.undp.org/en/towards-hdr-2020>, sendo outros parceiros e intervenientes mencionados em <http://hdr.undp.org/en/acknowledgements-hdr-2020>. Os contributos, o apoio e a assistência das instituições parceiras, incluindo os gabinetes regionais e nacionais do PNUD, são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

Estamos gratos aos muitos e às muitas colegas da família das Nações Unidas que apoiaram a elaboração do Relatório através da realização de consultas ou dos seus comentários e conselhos. Entre tais colegas, incluem-se Robert Hamwey, Maria Teresa da Piedade Moreira, Henrique Pacini e Shamika Sirimanne, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Astra Bonini, Sara Castro-Hallgren, Hoi Wai Jackie Cheng e Elliott Harris, do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; Manos Antoninis, Bilal Barakat, Nicole Bella, Anna Cristina D'Addio, Camila Lima de Moraes e Katharine Redman, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Shams Banihani, Hany Besada, Jorge Chediek, Naveeda Nazir e Xiaojun Grace Wang, do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC); Kunal Sen, do Instituto

Mundial para a Investigação Económica sobre o Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas; e tantos colegas do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres.

Os colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e contributos. Estamos gratos a Babatunde Abidoye, Marcel Alers, Jesus Alvarado, Carlos Arboleda, Sade Bamimore, Betina Barbosa, Malika Bhandarkar, Bradley Busetto, Michele Candonetti, Sarwat Chowdhury, Joseph D'Cruz, Abdoulaye Mar Diye, Simon Dikau, Mirjana Spoljaric Egger, Jamison Ervin (que dedicou imenso tempo a oferecer conselhos e contribuir para o Relatório), Bakhodur Eshonov, Ahunna Eziakonwa, Almudena Fernández, Cassie Flynn, Bertrand Frot, Oscar A. Garcia, Raymond Gilpin, Balazs Horvath, Vito Intini, Artemy Izmetiev, Anne Juepner, Stephan Klingebiel, Raquel Lagunas, Luis Felipe López-Calva, Marion Marigo, George Gray Molina, Mansour Ndiaye, Sydney Neeley, Hye-Jin Park, Midori Paxton, Clea Paz, Isabel de Saint Malo de Alvarado, Tim Scott, Ben Slay, Anca Stoica, Bertrand Tessa, Anne Virnig, Mourad Wahba e Kanni Wignaraja.

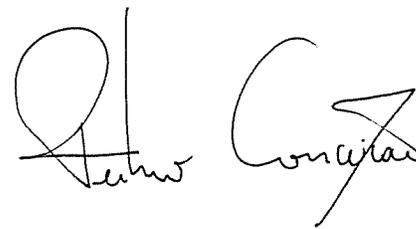
Tivemos a felicidade de contar com o apoio de talentosos estagiários – Jader Aguad, Cesar Castillo Garcia, Jungjin Koo e Ajita Singh – e verificadores de factos – Jeremy Marand, Tobias Schillings e Emilia Toczydlowska.

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com os governos da Alemanha, da República da Coreia, de Portugal e da Suécia pelos seus contributos financeiros. Agradecemos imenso o seu apoio constante, que permanece essencial.

Estamos gratos pelo trabalho altamente profissional dos nossos editores e

técnicos de paginação da Communications Development Incorporated – liderados por Bruce Ross-Larson, entre os quais Joe Brinley, Joe Caponio, Meta de Coque-reamount, Mike Crumplar, Peter Redvers-Lee, Christopher Trott e Elaine Wilson. Deixamos uma palavra de agradecimento, em especial, ao Bruce, que editou o Relatório original, há 30 anos, e quase todos os que se seguiram, proporcionando um olhar atento e uma sabedoria sem paralelo – além de um frequente encorajamento.

Por último, estamos extremamente gratos ao Administrador do PNUD, Achim Steiner. O seu intelecto acutilante e as suas constantes chamadas de atenção para a necessidade de o Relatório atender às preocupações das pessoas proporcionaram-nos as linhas orientadoras de que precisávamos para desenvolver os argumentos de uma forma rigorosa, mas prática. Disse-nos que este Relatório devia ser relevante no contexto da pandemia de Covid-19 e para lá do mesmo, o que nos serviu de bússola para nos orientarmos durante a sua elaboração num ano desnorteante – esperamos ter ido ao encontro desta ambição, uma vez que procuramos contribuir para transpor a próxima fronteira do desenvolvimento humano no Antropoceno.



Pedro Conceição
Diretor
Gabinete do Relatório do
Desenvolvimento Humano

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020

Prefácio

Agradecimentos

Contribuição Especial – O desenvolvimento humano e Mahbub ul Haq

Síntese

PARTE I

Renovar o desenvolvimento humano para o Antropoceno

CAPÍTULO 1

Cartografar o desenvolvimento humano no Antropoceno

Enfrentar uma nova realidade: Pessoas vs. árvores?

Reimaginar a trajetória do desenvolvimento humano: Trazer o planeta de volta

Mobilizar a abordagem assente no desenvolvimento humano para a transformação: Além das necessidades, além da sustentabilidade

CAPÍTULO 2

Sem precedentes – o alcance, a escala e a velocidade das pressões humanas sobre o planeta

Olhar para lá da superfície do ambiente e da sustentabilidade: O impulso da atividade humana para alterações perigosas a nível planetário

A chegada do Antropoceno

Os riscos do Antropoceno e o desenvolvimento humano

As alterações à escala planetária são descapacitantes

CAPÍTULO 3

Capacitar as pessoas para a equidade, a inovação e a conservação da natureza

Reforçar a equidade para promover a justiça social e ampliar as escolhas

Fomentar a inovação para expandir as oportunidades

Incutir um sentido de conservação da natureza

PARTE II

Tomar medidas para a mudança

CAPÍTULO 4

Capacitar as pessoas, desencadear a transformação

Da teoria à mudança

Da aprendizagem à formação de valores

Dos valores às normas sociais autorreforçantes

Dos riscos existenciais à transformação

CAPÍTULO 5

Planear incentivos para navegar no futuro

Tirar proveito do financiamento para incentivar a transformação

Alterar preços, mudar atitudes

Reforçar a ação coletiva internacional e multilateral

CAPÍTULO 6

Construir o desenvolvimento humano sustentado na natureza

Quando o local se torna global

Evitar a perda de integridade da biosfera, capacitar as pessoas

Rumo ao desenvolvimento humano sustentado na natureza

PARTE III

Medir o desenvolvimento humano e o Antropoceno

CAPÍTULO 7

Rumo a uma nova geração de métricas do desenvolvimento humano para o Antropoceno

Um índice para acabar com os índices?

Ampliar o panorama do Índice de Desenvolvimento Humano: O componente do rendimento e as pressões sobre o planeta

Ajustar o Índice de Desenvolvimento Humano no seu conjunto

Notas

Referências

CAIXAS

-
- 1** O Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às pressões sobre o planeta: Avisos à navegação para o Antropoceno

 - 1.1** Os sistemas de conhecimento e as práticas indígenas e locais geram sinergias entre a biodiversidade e o bem-estar humano

 - 1.2** Uma transição justa

 - 1.3** Optar por futuros inclusivos para o desenvolvimento humano no Antropoceno

 - 1.4** As capacidades num planeta vivo em rápida mudança

 - 2.1** O quadro de referência das fronteiras planetárias

 - 2.2** A complexidade dos sistemas sociais e naturais

 - 2.3** Riscos naturais e deslocamento

 - 3.1** A perda de biodiversidade na Amazónia e a descapacitação

 - 3.2** O movimento pela justiça ambiental

 - 3.3** O potencial da reciclagem de resíduos eletrónicos

 - 3.4** Natureza humana e não humana: Ampliar perspetivas

 - D1.3.1** O risco existencial enquanto sustentabilidade

 - 4.1** Como a educação pode salvar vidas

4.2	Transformação no mundo real, desencadeada por pessoas capacitadas
4.3	O que precisamos de fazer – aprender com a população local
4.4	Menos voz, menos poder, mais sofrimento
4.5	Motivos pelos quais os sistemas policêntricos funcionam: O que a psicologia social nos ensina
5.1	O Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações sobre a Exposição Financeira às Alterações Climáticas
5.2	A pandemia de Covid-19 e uma recuperação ecológica
5.3	Obstáculos a mecanismos eficazes de definição de preços para o carbono
5.4	Pagamento por serviços ecossistêmicos em Nova Iorque e na Tanzânia
5.5	Incentivos relacionados com o comércio em tratados internacionais – credíveis e eficazes?
6.1.	Teleconexões entre agricultores indianos e a precipitação na África Oriental
6.2	Quadro de Sendai
6.3	A primeira apólice de seguro de recifes, para proteger as comunidades costeiras do México
6.4.	Utilização de mecanismos de financiamento coletivo para aumentar a escala da gestão hídrica sustentada na natureza
6.5	As abordagens holísticas da natureza podem surtir diversos efeitos
6.6	Os ativistas ambientais estão a ser mortos
7.1	Será que a longevidade ajustada à saúde refletiria mais fielmente o impacto das pressões sobre o planeta?
7.2	Medir o bem-estar

FIGURAS

1	Os desequilíbrios sociais e planetários reforçam-se mutuamente
2	A variação do número de dias com temperaturas extremas – uma consequência das alterações climáticas – só irá agravar as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano
3	Nos países que enfrentam ameaças ecológicas graves, também se verifica uma maior vulnerabilidade social
4	O choque sem precedentes para o desenvolvimento humano causado pela pandemia de Covid-19
5	Os países com um grau superior de desenvolvimento humano tendem a exercer mais pressão, a uma maior escala, sobre o planeta
6	Vinte soluções sustentadas na natureza poderão contribuir, em grande medida, para a mitigação necessária à contenção do aquecimento global
7	A correção dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano padrão pelo Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta dilata-se à medida que os níveis de desenvolvimento humano aumentam
1.1	Os desequilíbrios sociais e planetários reforçam-se mutuamente
1.2	As emissões de dióxido de carbono com origem em combustíveis fósseis diminuíram em vários países
1.3	O resultado das trajetórias de desenvolvimento humano: Um desenvolvimento humano elevado está associado a uma utilização intensa de recursos
1.4	Num cenário de sustentabilidade, os países convergem até 2100 – com emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> inferiores e um grau superior de desenvolvimento humano
1.5	As sociedades humanas estão inseridas na biosfera: Os recursos energéticos e biofísicos são utilizados para a formação de stocks e a obtenção de benefícios para os seres humanos, gerando, simultaneamente, resíduos e emissões

1.6	A energia captada pela biosfera e pelas sociedades humanas
1.7	A diversidade biológica, cultural e linguística evoluem em conjunto
1.8	A população mundial está a crescer, mas as taxas de crescimento têm diminuído
1.9	Apesar de um nível inferior de poluição total, persistem desigualdades em termos de exposição à poluição
1.10	A redução dos danos económicos causados pela poluição industrial foi impulsionada pelos serviços públicos essenciais, sem perder valor económico acrescentado
2.1	Eventual posição do Antropoceno na Escala de Tempo Geológico, correspondendo ao Período Quaternário
2.2	A datação do início do Antropoceno em meados do século XX corresponderia à Grande Aceleração das pressões humanas sobre o planeta, com o potencial de deixar uma pegada geológica
2.3	Estima-se que as taxas de extinção de espécies sejam centenas ou milhares de vezes superiores aos níveis de base
2.4	O choque sem precedentes para o desenvolvimento humano causado pela pandemia de Covid-19
2.5	A fome está a aumentar
2.6	Os efeitos dos riscos naturais parecem estar a agravar-se
2.7	Prevê-se que, até 2100, o número de dias por ano com temperaturas extremas registre um aumento mais acentuado nos países com um menor nível de desenvolvimento humano
2.8	Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano apresentam uma menor exposição à subida do nível do mar, em termos absolutos, mas uma maior exposição relativa por quilómetro de costa
2.9	Projeta-se que, até 2070, as temperaturas se desloquem para fora do intervalo de sobrevivência humana a um ritmo mais acelerado, nos próximos 50 anos, do que nos últimos 6.000 anos – negativamente, nos países em vias de desenvolvimento, e positivamente, nos países desenvolvidos
2.10	A pandemia de Covid-19 eliminou décadas de progresso da taxa de participação feminina na força de trabalho
2.11	Os países que enfrentam ameaças ecológicas mais graves tendem a apresentar uma maior vulnerabilidade social
2.12	Relações entre a equidade e a capacitação
2.13	As assimetrias entre as mulheres proprietárias de terra e as que vivem da terra são flagrantes
3.1	A equidade, a inovação e a conservação da natureza podem quebrar o ciclo vicioso dos desequilíbrios a nível planetário e social
3.2	Dois histórias de desigualdade ambiental
3.3	Desigualdade ambiental crescente
3.4	Dinâmicas desiguais: Apropriação de benefícios, exportação de custos
3.5	Nas áreas vulneráveis dos países mais pobres, as disparidades ao nível da mortalidade infantil têm-se acentuado
3.6	Uma maior eficiência social do rendimento (deslocamento para a fronteira) pode reforçar a equidade e aliviar as pressões sobre o planeta
3.7	A utilização de energia pela bitcoin é alarmante
3.8	O custo real dos módulos fotovoltaicos diminuiu em 89 por cento desde 2010
3.9	Em todo o mundo, a formulação de políticas nacionais assumiu a tarefa da promoção da energia renovável
3.10	Os preços das baterias de iões de lítio decresceram entre 2011 e 2020
3.11	Diferença entre a economia circular e a linear
3.12	Um quadro de referência conceptual para a preservação do meio ambiente local

D1.1.1	O conhecimento, a vontade social e o poder político necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável existem	D5.2.2	Os preços do carbono compatíveis com os compromissos de mitigação dos países apresentam uma ampla variação
D1.3.1	Três tipos de catástrofe existencial	D5.2.3	Os custos da definição de preços para o carbono em termos de eficiência económica são mais do que compensados pelos benefícios ambientais internos
D1.3.2	Apesar das reduções substanciais do número de ogivas nucleares ativas armazenadas em arsenais, o número total – sobretudo na Federação Russa e nos Estados Unidos – permanece elevado	D5.2.4	A definição de preços para o carbono pode ser moderadamente regressiva, neutra do ponto de vista da distribuição ou moderadamente progressiva
4.1	Da aprendizagem às normas sociais autorreforçantes	D5.4.1	Num cenário de elevadas emissões de gases com efeito de estufa, prevê-se uma escalada das temperaturas para níveis sem precedentes, em todo o mundo em vias de desenvolvimento, até ao final do século
4.2	As plataformas de redes sociais podem contribuir para a polarização	D5.4.2	Risco de mortalidade, em média, devido às alterações climáticas em 2100, tendo em conta quer os custos quer os benefícios da adaptação
4.3	A maioria das pessoas concordam que é importante proteger o planeta, independentemente do nível de desenvolvimento humano do respetivo país	7.1	Novo painel acerca do desenvolvimento humano e do Antropoceno
4.4	Uma oportunidade perdida: As pessoas teriam doado uma parte do seu rendimento para proteger o planeta na década de 1990, não obstante os níveis de desenvolvimento humano	7.2	A alteração dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano após a subtração dos custos sociais do carbono, a 200 \$ por tonelada de emissões de dióxido de carbono, é, de um modo geral, diminuta
4.5	É provável que um menor número de pessoas tome medidas concretas para reduzir as pressões sobre o planeta	7.3	O declínio constante do capital natural
4.6	As pessoas esperam que os governos adotem medidas, mas existe margem para parcerias	7.4	Representação visual do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta
4.7	A agência intervém numa estrutura social e pode assumir duas dimensões	7.5	Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta são muito próximos dos do Índice de Desenvolvimento Humano no caso dos países com um valor de Índice de Desenvolvimento Humano de 0,7 ou inferior
4.8	Fazer pender a balança para o lado da transformação	7.6	As pressões sobre o planeta aumentaram com os ganhos ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano
A4.1	Dados desagregados relativos à pergunta do questionário da figura 4.3	7.7	Contraste entre o progresso em termos de desenvolvimento humano e as pressões sobre o planeta
5.1	São necessários incentivos à transição do financiamento para a energia com baixas emissões de carbono	7.8	Dos mais de 60 países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano em 2019, apenas 10 mantêm esta classificação no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta
5.2	O custo do financiamento representa a maior fatia das tarifas historicamente baixas de energia solar na Índia	7.9	As trajetórias ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano e do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta estão relacionadas nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano
5.3	Os intermediários financeiros detêm uma percentagem crescente das poupanças em nome dos agregados familiares dos Estados Unidos	7.10	O mundo tem progredido demasiado lentamente no que diz respeito ao avanço do desenvolvimento humano em simultâneo com o alívio das pressões sobre o planeta
5.4	A maior parte dos países ratificaram os tratados internacionais em matéria ambiental	D7.2.1	As emissões de gases com efeito de estufa e o comércio internacional: Europa, América do Norte, Ásia Central e outros países ricos, 1990–2019
5.5	Uma cooperação catalisadora com retornos crescentes	D7.2.2	Os grandes países emergentes são exportadores, em termos líquidos, de carbono
6.1	Soluções sustentadas na natureza e o potencial ciclo virtuoso entre as pessoas e o planeta	D7.2.3	O 1 por cento de indivíduos com maior riqueza, a nível mundial, emite 100 vezes mais dióxido de carbono por ano do que os 50 percentis mais pobres
6.2	Vinte soluções sustentadas na natureza podem contribuir, em parte, para a mitigação necessária à contenção do aquecimento global	D7.2.4	Emissões dos 50 por cento mais pobres no período de 1975–2020: reduzidas e predominantemente associadas ao consumo
6.3	O local e o global estão profundamente interligados	D7.2.5	No caso do percentil de indivíduos mais ricos, a proporção de emissões relacionadas com investimentos no conjunto das emissões tem aumentado nas últimas quatro décadas
6.4	O potencial de mitigação de oito intervenções nas alterações climáticas apresenta uma ampla distribuição transversal a países de diferentes regiões e em diferentes níveis de desenvolvimento	D7.2.6	O 1 por cento com maiores rendimentos, a nível mundial, registou um crescimento substancial das emissões devido ao aumento do consumo, bem como à sua riqueza e investimentos
6.5	A diminuição da área florestal nos países em vias de desenvolvimento constitui um desafio ao potencial de mitigação proporcionado pelas soluções sustentadas na natureza	D7.3.1	Perfis dos preços convencionais de diferentes espécies de peixes no Mar Báltico
6.6	O mapeamento de alta resolução das prioridades nacionais da Costa Rica no tocante às soluções sustentadas na natureza	D7.4.1	O Índice de Desenvolvimento Humano apresenta uma correlação positiva com o Índice de Desempenho Ambiental
6.7	A maior riqueza em termos de biodiversidade verifica-se nos regimes de gestão pelos povos indígenas		
6.8	O contributo <i>per capita</i> dos povos indígenas para a preservação da capacidade de armazenamento das florestas da Amazônia é, aproximadamente, equivalente às emissões de gases com efeito de estufa <i>per capita</i> do percentil superior da distribuição do rendimento		
6.9	Os povos indígenas e as comunidades locais aplicam os mecanismos de alavancagem da sustentabilidade global		
D5.2.1	É provável que as emissões voltem a aumentar em 2021, à medida que as economias recuperam e algumas mudanças estruturais são parcialmente invertidas		

D7.5.1 Os valores elevados de índice de desenvolvimento humano estão associados a uma poupança líquida ajustada positiva

DESTAQUES

- 1.1** Aprender com a ciência da sustentabilidade para orientar o desenvolvimento humano sustentável
- 1.2** Aprender com a Vida – uma perspetiva dos sistemas terrestres
- 1.3** Riscos existenciais para a humanidade
- 1.4** Debates para repensar o desenvolvimento humano: Ideias provenientes de um diálogo global
- 2.1** Uma história contada ao futuro
- 2.2** Desenvolver a humanidade com vista a um planeta mudado
- 3.1** O futuro que queremos – as Nações Unidas de que precisamos
- 5.1** As implicações das alterações climáticas para a política financeira e monetária
- 5.2** O papel da definição de preços para o carbono na mitigação das alterações climáticas
- 5.3** De que modo as respostas dos governos à pandemia de Covid-19 abordam a desigualdade e o ambiente?
- 5.4** Formulação de políticas para um desenvolvimento sustentável – versão 2.0
- 7.1** O Índice de Desenvolvimento Humano aos 30: Um envelhecimento saudável?
- 7.2** A desigualdade mundial em termos de emissões de carbono: Transição das emissões territoriais para as líquidas individuais
- 7.3** A contabilização da riqueza e o capital natural
- 7.4** Evolução das métricas de forma a ter em conta a deterioração ambiental e a sustentabilidade
- 7.5** Acrescentar dimensões ambientais e de sustentabilidade ao Índice de Desenvolvimento Humano

TABELAS

- 2.1** Perspetivas das ciências naturais em relação ao Antropoceno
- 3.1** Exemplos de desigualdades de cariz horizontal e intergeracional ligadas a desequilíbrios de poder
- 3.2** Tipologias da dinâmica de interação entre a desigualdade e a sustentabilidade
- D1.3.1** Progressos na deteção de asteroides de grandes dimensões próximos da Terra
- D1.3.2** Estimativas e intervalos do risco total de extinção natural por século, com base no período de sobrevivência da humanidade, recorrendo a três conceções de humanidade
- D1.3.3** Estimativas do risco total de extinção natural por século com base no tempo de sobrevivência de espécies relacionadas
- 5.1** Os preços do carbono variam e são muito inferiores aos custos sociais estimados das emissões
- 6.1** Exemplos de soluções sustentadas na natureza aplicadas por povos indígenas e comunidades locais
- D5.3.1** Discriminação de medidas de recuperação ecológicas
- A7.1** Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta
- D7.4.1** Índices compostos que combinam dimensões económicas, sociais e ambientais
- D7.5.1** Disparidades entre valores sustentáveis de pegada ecológica e poupança líquida ajustada

ANEXO ESTATÍSTICO

GUIA DO LEITOR

TABELAS ESTATÍSTICAS

Índices compostos de desenvolvimento humano

- 1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
- 2 Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2019
- 3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- 4 Índice de Desenvolvimento Humano por Género
- 5 Índice de Desigualdade de Género
- 6 Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento

Painéis do desenvolvimento humano

- 1 Qualidade do desenvolvimento humano
- 2 Disparidades de género no decurso da vida
- 3 Capacitação das mulheres
- 4 Sustentabilidade ambiental
- 5 Sustentabilidade socioeconómica

REGIÕES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

REFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS

SÍNTESE

O desenvolvimento humano e o Antropoceno

O desenvolvimento humano e o Antropoceno

Estrutura do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020



Vivemos uma época sem precedentes na história da humanidade e na história do nosso planeta. Já há algum tempo que, como bem sabemos, os sinais de alarme – tanto para as nossas sociedades como para o nosso planeta – vêm reluzindo em tons de vermelho. A pandemia de Covid-19 é a mais recente e óbvia consequência traumática destes desequilíbrios. Há muito que os cientistas advertem para o surgimento, com mais frequência, de organismos patogénicos desconhecidos, devido às interações entre os seres humanos, o gado e a vida selvagem,¹ as quais têm aumentado a um ritmo constante, quer em termos de escala quer de intensidade, pressionando, em última análise, os ecossistemas locais de tal forma que levaram ao alastramento de vírus mortíferos a uma escala sem precedentes. O novo coronavírus poderá ser o mais recente e, a menos que aliviemos o nosso cerco à natureza, não será o último.

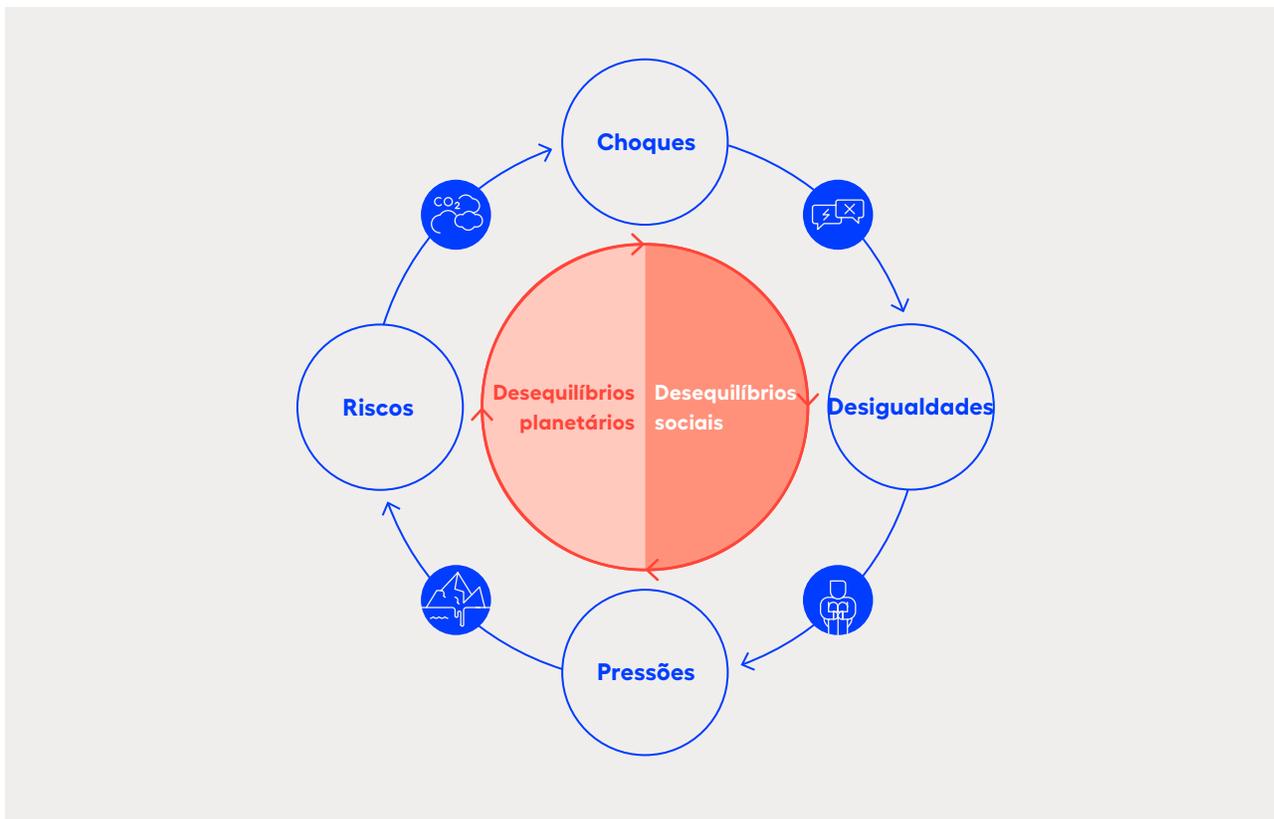
Os novos agentes patogénicos – ou as epidemias que podem provocar – não caem do céu. A Covid-19 propagou-se rapidamente ao redor de um mundo interligado e prosperou, em particular, por entre as fendas das sociedades, explorando e exacerbando uma miríade de desigualdades ao nível do desenvolvimento humano. Em demasiadas situações, estas fendas frustraram os esforços para controlar o vírus (capítulo 2).

Enquanto a Covid-19 mantém o mundo absorto, as crises anteriores persistem. Atentemos nas alterações climáticas. A temporada de furacões de 2020 no Atlântico ora quebrou recordes ora esteve prestes a fazê-lo, tanto no total como no número de tempestades que se intensificaram rapidamente.² Nos últimos 12 meses, incêndios de dimensões extraordinárias deixaram um enorme rasto de destruição na Austrália, no Pantanal brasileiro, no leste da Sibéria, na Federação Russa, e na Costa Ocidental dos Estados Unidos.³ A biodiversidade do planeta tem diminuído vertiginosamente, com um quarto das espécies em risco de extinção, muitas das quais ficaram nessa situação em poucas décadas.⁴ Um elevado número de especialistas considera que vivemos ou estamos à beira de um evento de extinção de espécies em massa, o sexto na história do planeta e o primeiro causado por um único organismo – nós.⁵

“Os sinais de alarme – para as nossas sociedades e para o planeta – reluzem, vermelhos.

A pressão sobre o planeta espelha também a pressão que muitas das nossas sociedades enfrentam. Não se trata de uma mera coincidência. Com efeito, os desequilíbrios a nível planetário (as alterações globais perigosas para as pessoas e para todas as formas de vida)

Figura 1 Os desequilíbrios sociais e planetários reforçam-se mutuamente



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

e os desequilíbrios sociais exacerbam-se mutuamente (figura 1).⁶ Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 evidenciou, muitas das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano têm vindo a expandir-se, uma tendência que se mantém.⁷ Entre outras alterações perigosas à escala planetária, as alterações climáticas só as agravarão (figura 2).⁸ A mobilidade social diminuiu; a instabilidade social aumentou.⁹ Os maus presságios de um recuo democrático e da ascensão do autoritarismo são preocupantes.¹⁰ A ação coletiva, num espetro que vá da pandemia de Covid-19 às alterações climáticas, torna-se mais difícil com a fragmentação social como pano de fundo (capítulo 1).¹¹

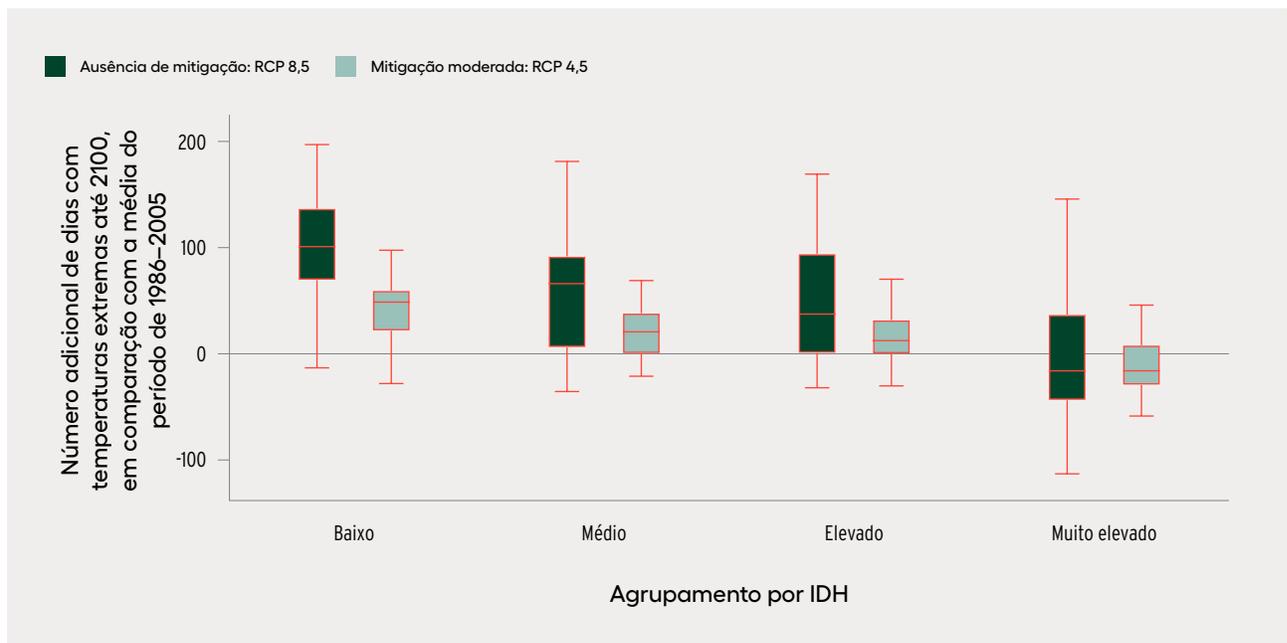
“Aproxima-se um novo normal. A Covid-19 é a ponta do icebergue.

Tem-se falado de um regresso ao “normal”, como se existisse uma qualquer data de validade predestinada para as múltiplas crises com que as nossas sociedades e o planeta se deparam, como se voltar ao normal fosse desejável ou mesmo possível. Que normal ou o normal de quem? Uma das características definidoras da atualidade é o facto de saltarmos de crise em crise de forma particularmente atribulada. Tal prende-se, em parte, com a “normalidade do passado”, à qual o retorno relegaria, ao que tudo indica, o futuro a uma infundável gestão de crises e não ao desenvolvimento humano.

Queiramos ou não, aproxima-se um novo normal. A Covid-19 é apenas a ponta do icebergue. A generalidade dos cientistas consideram que estamos a deixar o Holoceno para trás, uma época que se estendeu por cerca de 12.000 anos, durante a qual a civilização humana, tal como a conhecemos, teve início. Sugerem que estamos, atualmente, a entrar numa nova era geológica – o Antropoceno – em que os humanos são uma força preponderante, moldando o futuro do planeta.¹² A questão que se coloca é a seguinte: O que fazemos com esta nova época? Optamos, face a um futuro incerto, por desbravar novos caminhos que ampliem as liberdades humanas e aliviem, simultaneamente, as pressões sobre o planeta? Ou escolhemos tentar – fracassando, em última análise – regressar às fórmulas costumeiras e, conseqüentemente, mergulhar em águas desconhecidas e perigosas?

Este Relatório do Desenvolvimento Humano apoia, firmemente, a primeira opção e os argumentos que aqui se expõem vão além de um sumário de tópicos evidentes para a concretização dessa escolha. Sabemos que a definição de preços para o carbono pode ser uma medida política eficaz e eficiente de redução das emissões de carbono. Sabemos que os subsídios a combustíveis fósseis incentivam essas mesmas emissões e devem ser abolidos (capítulo 5). Embora no Relatório se discutam várias formas de as sociedades fazerem escolhas diferentes, o seu contributo singular é assentar numa ótica do desenvolvimento humano, que visa remover alguns dos mais arraigados obstáculos

Figura 2 A variação do número de dias com temperaturas extremas – uma consequência das alterações climáticas – só irá agravar as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano



Nota: Os dias com temperaturas extremas são aqueles em que a temperatura é inferior a 0 graus Celsius ou superior a 35 graus Celsius. A figura exhibe a variação entre o número real de dias com temperaturas extremas no período de 1986–2005 e a mediana do número de dias com temperaturas extremas projetado para o período 2080–2099.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2020).

à promoção da prosperidade humana, aliviando, em simultâneo, as pressões sobre o planeta. Foca-se nos motivos pelos quais determinadas “soluções” muito debatidas não estão a ser plenamente implementadas – e, em muitos casos, a uma escala insuficiente para fazer a diferença.

O Relatório questiona a própria narrativa em torno de “soluções para um problema”, que enquadra as soluções para a resolução de problemas como sendo algo externo, “algures por aí”, isoladas de nós mesmos e umas das outras. Uma vez descobertas as soluções, de acordo com essa narrativa, basta que as implementemos, como panaceias, em toda a parte. A tecnologia e a inovação importam – e muito, como se defende no Relatório – mas o panorama é bem mais complexo, bem menos linear, bem mais dinâmico do que simples metáforas prontas a usar. Qualquer solução única, mesmo que aparentemente promissora, pode acarretar consequências não intencionais, mas, ainda assim, perigosas. É necessário recalibrarmos a nossa abordagem, passando da resolução de problemas distintos, compartimentados, para a orientação por entre desafios multidimensionais, interligados e cada vez mais universais.

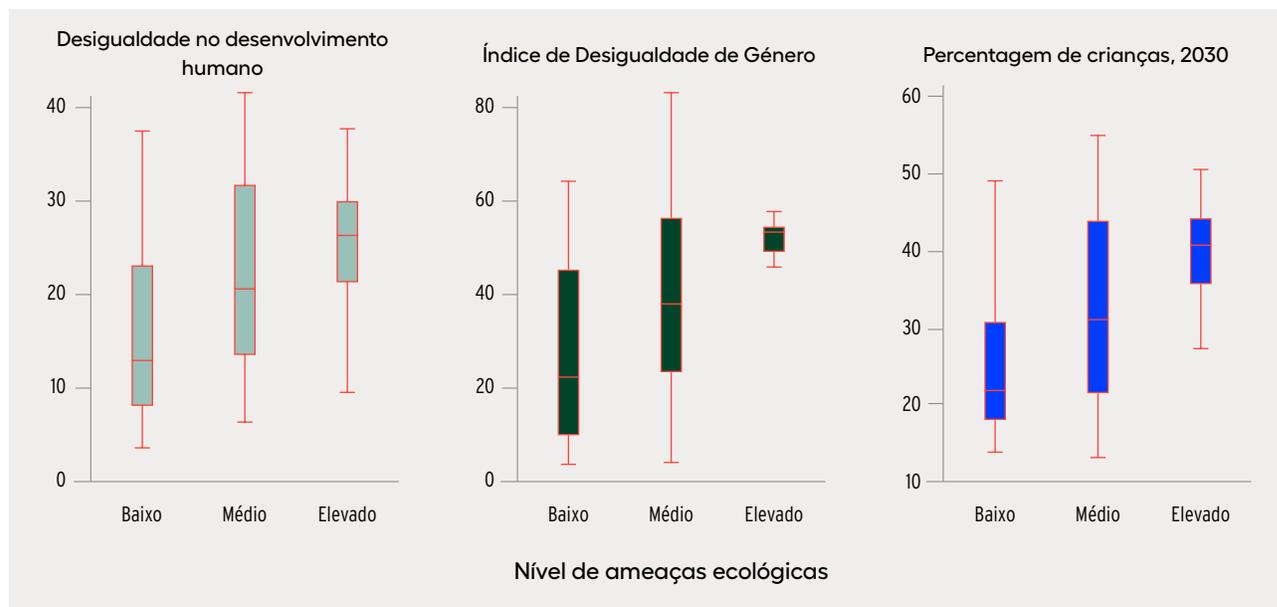
Face à complexidade, o progresso deve assumir uma qualidade adaptativa, pautada pela aprendizagem através da prática, alimentada por uma inovação abrangente, assente em deliberações e decisões coletivas e em esquemas apropriados de incentivos e penalizações. Não será fácil atingir este objetivo. Agigantam-se

diferenças fundamentais – tanto em termos de interesses como no tocante à recetividade e responsabilidade das atuais instituições. Acrescem, do mesmo modo, diversas formas de desigualdade, que restringem a participação na tomada de decisões, limitam o potencial de inovação e acentuam a vulnerabilidade às alterações climáticas e às ameaças ecológicas (figura 3).¹³ As escolhas quanto ao desenvolvimento são, com frequência, enquadradas como se estivessem confinadas a um conjunto de percursos estreitos e triviais, mas, em última análise, insustentáveis. Ainda mais profundas são as questões em torno daquilo que valorizamos e até que ponto o fazemos.¹⁴

“As escolhas humanas, moldadas pelos valores e instituições, deram origem aos desequilíbrios sociais e planetários com que nos deparamos e que estão, na realidade, interligados.

Retomando a célebre observação de Cássio, na peça *Júlio César*, de Shakespeare: “O erro (...) não reside nos nossos astros/Mas em nós mesmos.”¹⁵ Conscientes ou não, as escolhas humanas, moldadas pelos valores e instituições, deram origem aos desequilíbrios sociais e planetários com que nos deparamos e que estão, na realidade, interligados. A sua compreensão e abordagem são prejudicadas pela rigidez destes mesmos valores e instituições, uma rigidez que confere inércia às escolhas do nosso passado. Devemos analisar, com

Figura 3 Nos países que enfrentam ameaças ecológicas graves, também se verifica uma maior vulnerabilidade social



Nota: Exclui valores aberrantes. As ameaças ecológicas incluem o stress hídrico, a insegurança alimentar, secas, inundações, ciclones, o aumento das temperaturas, a subida do nível do mar e o crescimento populacional. Os níveis são definidos em função do número de ameaças enfrentadas por cada país: baixo (zero a uma ameaça), médio (duas a três ameaças) e elevado (quatro ou mais ameaças). Ver IEP (2020).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas e do IEP (2020).

espírito crítico, esta prova de fogo das instituições e dos valores humanos – mais especificamente, o modo de distribuição e exercício do poder – para acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pelas pessoas e pelo planeta.

A abordagem assente no desenvolvimento humano tem um grande contributo a prestar perante as alterações alarmantes à escala planetária e perante a nossa paralisia coletiva em enfrentá-las. O desenvolvimento humano prende-se com a expansão das liberdades humanas e a oferta de um leque mais variado de escolhas, de modo a que as pessoas tracem as suas próprias trajetórias de desenvolvimento, em consonância com a diversidade dos seus valores, ao invés da prescrição de um ou mais percursos específicos. Demasiadas vezes, as opções no tocante ao desenvolvimento são colocadas de forma simplista, como se se tratasse de uma escolha entre pessoas ou árvores, uma vez que o meio ambiente tem sido sistematicamente subvalorizado, ao passo que o crescimento económico ocupa o topo das prioridades. O conceito de desenvolvimento humano surgiu há 30 anos, precisamente como um contraponto de definições míopes de desenvolvimento. O crescimento económico é importante, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento; o aumento dos níveis de rendimento é crucial para quem vive em condições de pobreza, em todos os países. No entanto, conforme se enfatizou no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, as questões que cada vez mais importam, para muitos países, não têm a ver com o tamanho, no geral, do bolo, mas antes com a dimensão relativa das respetivas fatias.¹⁶ Na edição deste ano do Relatório, embora não pela primeira vez na sua história, também nos preocupamos com o forno.

A abordagem centrada no desenvolvimento humano relembra-nos que o crescimento económico é mais um meio do que um fim. Uma maior quantidade de recursos materiais é importante, desde que equitativamente distribuídos e dentro dos limites do planeta,¹⁷ dado que expandem as oportunidades das pessoas, de uma geração para a outra. De facto, pretendia-se que o componente do rendimento do Índice de Desenvolvimento Humano original (IDH) fosse uma representação estatística dos recursos materiais que possibilitam uma série de capacidades básicas que ampliam as oportunidades das pessoas. Duas das capacidades – viver uma vida saudável e ter instrução – são de uma importância tão capital que têm sido medidas, como componentes do IDH, desde a sua origem. Ao contrário do rendimento ou do crescimento económico, não são meros meios, mas fins em si próprias.

No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, defendemos que uma nova geração de capacidades avançadas se tem vindo a tornar mais importante para que as pessoas prosperem na era digital.¹⁸ Os princípios nucleares do desenvolvimento humano não mudaram

– o seu ponto de orientação continua a ser o que as pessoas valorizam. O que mudou foi o contexto. Temos em conta que mais de 1.000 milhões de pessoas escaparam à pobreza extrema no espaço de uma geração,¹⁹ o que representa, sem dúvida, uma das maiores façanhas da humanidade. Não nos esqueçamos, porém, que a pandemia de Covid-19 pode ter precipitado cerca de 100 milhões de pessoas para uma situação de pobreza extrema, o pior retrocesso numa geração.²⁰ O desenvolvimento humano pode ter sido gravemente afetado em 2020 (figura 4).²¹ Eliminar a pobreza, em todas as suas formas – e manter esta situação num mundo dinâmico – permanece um objetivo central, mas as ambições estão em permanente expansão, como não poderia deixar de ser, juntamente com um compromisso firme de não deixar ninguém para trás neste processo. O desenvolvimento humano é um percurso contínuo e não um destino. O seu centro de gravidade sempre transcendeu a mera satisfação das necessidades básicas. Trata-se da capacitação das pessoas para identificarem e percorrerem o seu próprio caminho para uma vida com sentido, assente na expansão das liberdades. Desafia-nos a pensar nas pessoas enquanto agentes, ao invés de pacientes – um tema fulcral do Relatório deste ano.

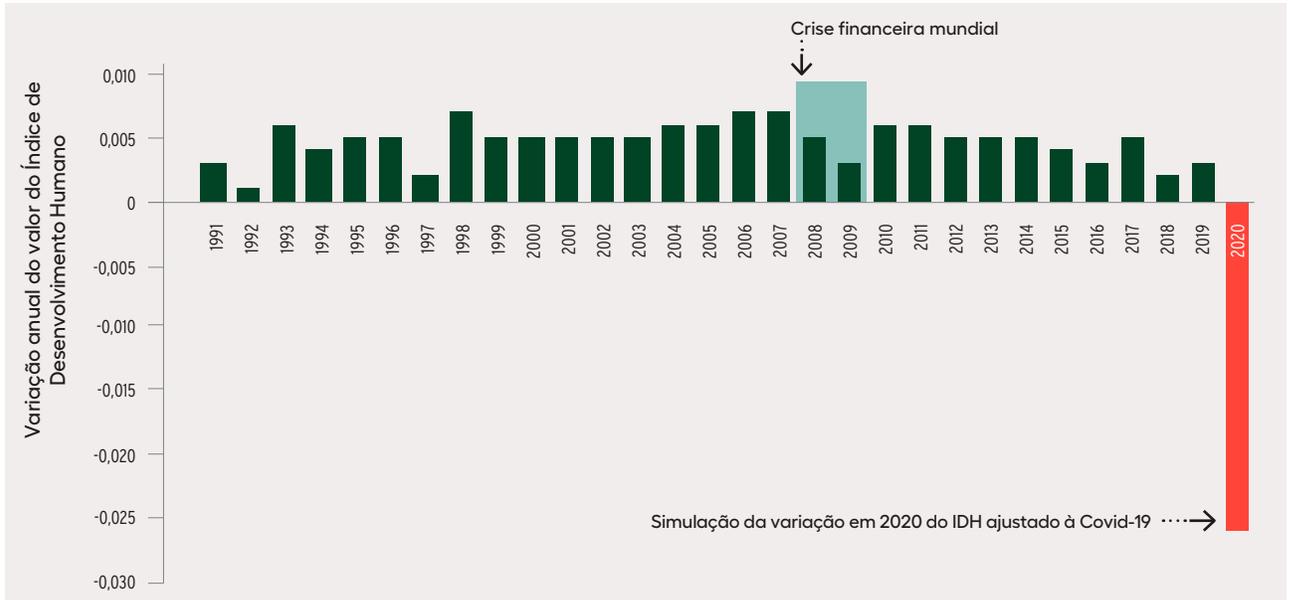
O chão foge-nos por debaixo dos pés, enquanto enfrentamos os desafios sem precedentes daquilo que parece ser o Antropoceno. Desta feita, o caminho em frente não diz apenas respeito à ampliação das capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizem – isto é, à expansão do conjunto de escolhas ao seu dispor. Devemos, igualmente, ter em devida conta duas outras dimensões críticas do desenvolvimento humano: a agência (ou seja, a capacidade de participar na tomada de decisões e de fazer escolhas voluntárias) e os valores (isto é, as escolhas mais desejadas), prestando uma especial atenção às nossas interações com a natureza e à nossa conservação do planeta.

“O desenvolvimento humano prende-se com a capacitação das pessoas para identificarem e percorrerem o seu próprio caminho para uma vida com sentido, assente na expansão das liberdades.

À semelhança de um banco de três pernas, as capacidades, a agência e os valores são indissociáveis no nosso modo de pensar o desenvolvimento humano no contexto do Antropoceno. Não podemos presumir que a expansão das capacidades das pessoas venha, automaticamente, a aliviar as pressões sobre o planeta. O IDH oferece-nos dados históricos que evidenciam, claramente, o contrário – os países que ocupam os patamares mais elevados do IDH apresentam uma tendência constante para exercerem uma pressão superior, a maior escala, sobre o planeta (figura 5).

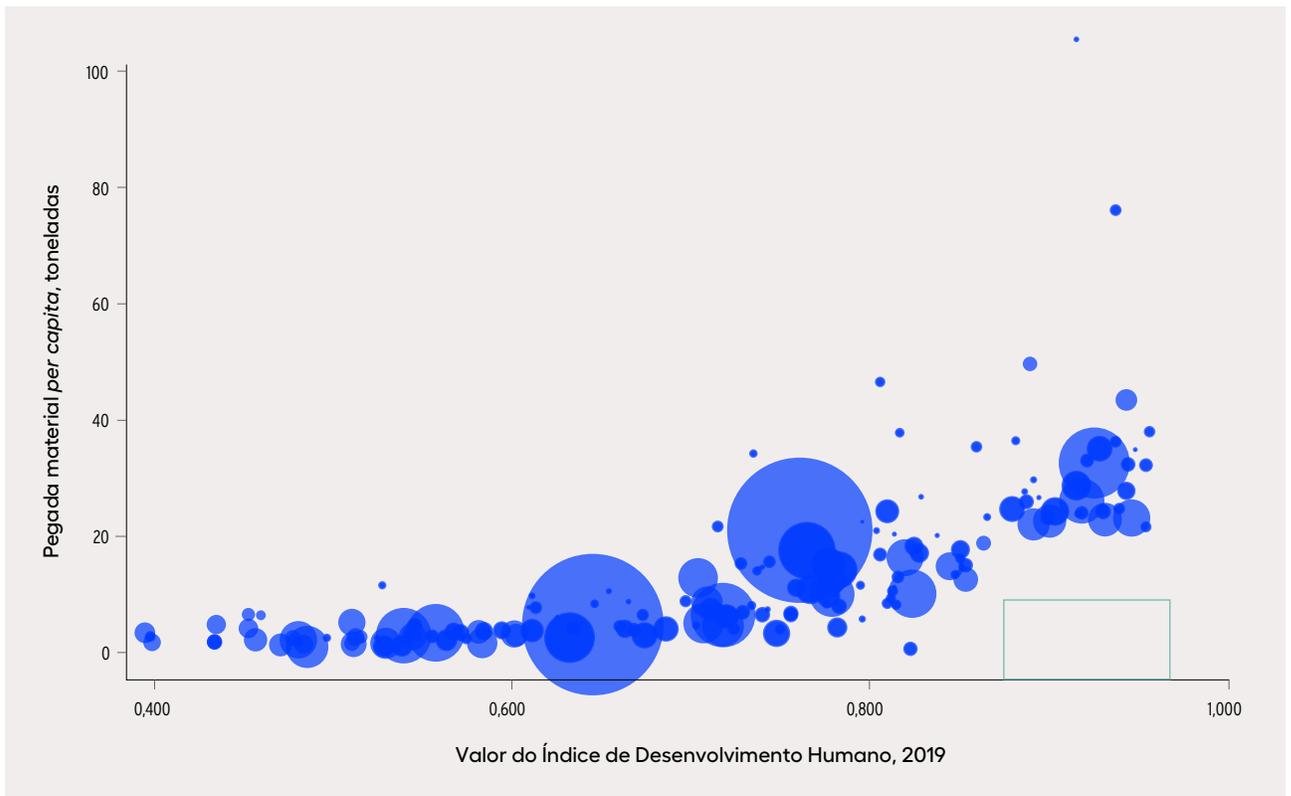
Também não podemos, simplesmente, pressupor que a ampliação da agência, por si só, signifique que

Figura 4 O choque sem precedentes para o desenvolvimento humano causado pela pandemia de Covid-19



Fonte: Fonte: Versão atualizada da figura 3 in PNUD (2020b).

Figura 5 Os países com um grau superior de desenvolvimento humano tendem a exercer mais pressão, a uma maior escala, sobre o planeta



Nota: A pegada material é uma medida da quantidade de materiais extraídos no território nacional e no estrangeiro (biomassa, combustíveis fósseis, minérios metálicos e não metálicos) e utilizados para satisfazer a procura interna final por bens e serviços num determinado país. A dimensão das bolhas é proporcional à população dos países. O retângulo verde no canto inferior direito representa o espaço, atualmente vazio, que corresponde às aspirações para a trajetória do desenvolvimento humano no Antropoceno (ver caixa 1).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

um maior número de pessoas capacitadas venha, inevitavelmente, a optar, quer a nível individual quer coletivo, por evitar alterações perigosas à escala planetária. Os valores, especialmente o modo como se comparam e interagem, ajudam, globalmente, a nortear as escolhas que as pessoas capacitadas fazem em relação às suas vidas. Os valores são fundamentais para o nosso entendimento pessoal do que significa viver bem a vida. Contudo, não é possível concretizar os próprios valores sem dispor de capacidades e de uma agência suficientes.

No Relatório, defendemos que, para se orientar no Antropoceno, a humanidade pode desenvolver as capacidades, a agência e os valores necessários à ação através do reforço da equidade, do fomento da inovação e inculcando um sentido de conservação da natureza.²² Se estes fatores tiverem um maior peso no seio dos conjuntos cada vez mais amplos de escolhas que as pessoas criam para si próprias – se a equidade, a inovação e o conservacionismo se tornarem centrais para o significado de viver bem a vida – a prosperidade humana pode coexistir com o alívio das pressões sobre o planeta.²³

Dispomos de uma imensidão de elementos que comprovam a possibilidade de os valores serem alterados de modo propositado e com uma rapidez considerável. Tomemos o exemplo da mudança drástica, em muitos países, no que diz respeito às normas sociais, à regulamentação e aos comportamentos relacionados com o tabaco.²⁴ Até há pouco tempo, o tabagismo conferia um estatuto cultural cobiçado em vários países de todo o mundo. Ao longo das últimas décadas, em diferentes graus, fumar cigarros tornou-se um comportamento desprezível, embora ainda haja muito a fazer, em particular no tocante à abordagem das desigualdades residuais ao nível do tabagismo, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento.²⁵ O primeiro tratado internacional em matéria de saúde, negociado sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde, destinava-se, exclusivamente, ao controlo do tabaco – a Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco. Com 182 signatários, abrangendo mais de 90 por cento da população mundial, o tratado é um testemunho daquilo que o conhecimento especializado no domínio da saúde pública, aliado a uma liderança política constante e eficaz, pode fazer para galvanizar a ação em torno de um problema generalizado a nível global.²⁶

“Se a equidade, a inovação e o conservacionismo se tornarem centrais para o significado de viver bem a vida, a prosperidade humana pode coexistir com o alívio das pressões sobre o planeta.

Os valores ambientais assistiram a reviravoltas semelhantes. Atentemos na publicação da obra histórica de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*), que muitos consideram assinalar o advento do movimento ambientalista moderno, cujas raízes a

antecedem em vários séculos.²⁷ As preocupações em torno da distribuição depressa conquistaram uma posição de destaque no movimento pela justiça ambiental. Cada uma representava, em grande medida, uma reação pragmática a novas realidades, como a poluição atmosférica e hídrica, assumindo formas e uma escala sem precedentes e, frequentemente, com um impacto desproporcional sobre os grupos marginalizados. Todas dilataram a noção daquilo que constituía uma vida boa, ao criarem espaço para a preservação do meio ambiente, a justiça social e a responsabilidade intergeracional, construindo os alicerces da era do desenvolvimento sustentável. Cada uma destas preocupações deve, além disso, continuar a evoluir, em resposta aos desafios globais que, sob a sua forma original, não se propunha abordar.

Atualmente, no contexto do Antropoceno, é essencial pormos de parte distinções inflexíveis entre as pessoas e o planeta. As abordagens com base em sistemas terrestres apontam, cada vez mais, para a nossa interligação enquanto sistemas socioecológicos, um conceito de grande relevância para o Antropoceno.²⁸ O desenvolvimento humano conjuga-se com esta linha de pensamento. Sempre se tratou de derrubar compartimentos estanques e estabelecer ligações. Como poderia existir, de outro modo, uma perspetiva do desenvolvimento focada nas possibilidades humanas? Todos nós nos deslocamos entre espaços sociais, económicos e ambientais. Num determinado dia, uma agricultora pode revezar-se entre os papéis de mãe e esposa, recolhendo lenha e indo buscar água, preocupando-se com o estado do tempo e as pragas de insetos, negociando no mercado, comprando medicamentos e manuais escolares. As pessoas, os lugares e o meio ambiente não estão ligados apenas em contextos rurais. Também os habitantes das cidades interagem com o seu ambiente, muitas vezes a uma escala bem maior ou mais diversificada, no tocante à alimentação, à água, à qualidade do ar, às atividades recreativas e à saúde mental e física. É o prisma da experiência de cada indivíduo, por oposição às estruturas institucionais organizadas por setores, que permite que a abordagem do desenvolvimento humano se liberte das amarras disciplinares e sectoriais. Pretende-se que o desenvolvimento seja visto através dos próprios olhos de cada pessoa.

Além disso, as crises sistémicas a que assistimos em cada vez maior número são um motivo para alarme (capítulo 2). Já não nos podemos dar ao luxo, se é que alguma vez pudemos, de resolver problemas como se fossem pontos isolados, quase independentes, em esferas sociais e ecológicas separadas. Consistem, ao invés, em nós numa rede socioecológica interdependente que, como um todo, está a emitir uma luz vermelha de alerta.²⁹ A resiliência do sistema foi dada por adquirida, sobretudo quando apenas uma parte deste estava sob pressão num determinado momento.³⁰ O

efeito homogeneizante dos nossos modelos prevalentes de produção e consumo, que têm estado atarefados a ligar o mundo, levou à erosão da diversidade – em todas as suas formas, da biológica à cultural – que é tão essencial para a resiliência.³¹ A diversidade conduz ao aumento da redundância, a qual, ainda que possa não ser favorável aos negócios, tem um efeito positivo sobre a resiliência do sistema face a choques, que se repercutem ao longo das linhas que unem as pessoas e as nações.³²

“No Antropoceno, é essencial pormos de parte distinções inflexíveis entre as pessoas e o planeta.

Nos dias de hoje, em pouco mais de uma década, a crise financeira mundial, a crise climática, a crise da desigualdade e a crise da Covid-19 demonstraram que a resiliência do próprio sistema está a colapsar. Os sistemas de amortecimento estão a atingir o seu limite. As ligações que em tempos foram maleáveis podem tornar-se frágeis, o que as deixa mais propensas a quebrar do que a curvarem-se, desestabilizando ainda mais o sistema terrestre.³³ O resultado é que as perturbações se convertem, mais facilmente, em contágio – quer económico quer ambiental ou viral – disseminando-se, indiscriminadamente, pelas fronteiras porosas dos estados-nação e escalando as paredes ilusórias que dividem as pessoas e o planeta.

Manter tudo como está, simplesmente, não irá resultar. O mesmo se aplica ao conceito de desenvolvimento humano, que deve ser continuamente renovado, de forma a dar resposta aos desafios do nosso tempo. Não se trata de descartar os seus princípios basilares, que permanecem fulcrais para os múltiplos desafios da atualidade, mas antes de os mobilizar para a nossa orientação numa nova e turbulenta era geológica. O objetivo do desenvolvimento humano é tão pertinente como sempre foi – o de que as pessoas vivam vidas que valorizem. Além disso, esse objetivo comporta o potencial de nos guiar por entre o nosso dilema, quanto mais não seja porque a manutenção do atual estado de coisas implica que as pessoas, incluindo as futuras gerações, se deparem com conjuntos cada vez mais restritos, ao invés de amplos, de escolhas de vida.

O alívio das pressões sobre o planeta exige a compreensão do modo como toda a vida existente no mundo – a biosfera – subjaz a uma parte tão expressiva daquilo que damos por garantido, como o ar que respiramos. Este facto sublinha a importância de uma biosfera regenerada e não esgotada. Implica, de igual modo, a compreensão do modo como as sociedades utilizam a energia e os materiais. Em que medida as fontes de energia são indefinidamente renováveis – como a do sol – e até que ponto os materiais são reciclados, ao invés de retirados do ciclo, sob a forma de resíduos e poluição? A acumulação de dióxido de

carbono na atmosfera e de plástico nos oceanos são apenas dois entre imensos exemplos que ilustram os riscos da dependência de combustíveis fósseis e de ciclos abertos de materiais. Um outro é a perda de biodiversidade, frequentemente paralela à perda de diversidade cultural e linguística, empobrecendo, culturalmente, as sociedades.³⁴

A Terra já atravessou períodos anteriores de instabilidade, evoluindo de forma a atingir novos estados. Normalmente, os processos planetários têm lugar ao longo de centenas de milhares ou milhões de anos, uma escala temporal que em muito transcende o alcance da nossa espécie. Para nós, a antiguidade mede-se em milhares de anos; a nossa história registada é uma mera partícula na vastidão do tempo geológico. Esta questão torna-se mais complexa quando temos como pano de fundo uma instabilidade climática intrínseca. O Holoceno, apesar da sua aparente estabilidade, é um ponto vermelho no mapa de um regime climático em mudança, no qual as oscilações entre períodos glaciais mais frios e outros mais quentes se tornaram mais profundas e intensas. Ainda que o clima da Terra já se tenha caracterizado por alterações abruptas, as emissões de gases com efeito de estufa, juntamente com outras perturbações dos ciclos de materiais, a nível planetário, causadas pelos seres humanos, atiram mais lenha para a fogueira, sobrepondo novos tipos de instabilidade aos já existentes.

O Relatório apela a uma transformação justa, que amplie as liberdades humanas sem deixar de aliviar as pressões sobre o planeta. As suas recomendações estão organizadas não em torno de intervenientes, mas sim de mecanismos de mudança – normas e valores sociais, incentivos e regulamentação e o desenvolvimento humano sustentado na natureza. Cada mecanismo de mudança determina diversos papéis a desempenhar, eventualmente, por cada indivíduo, pelos governos, pelos mercados financeiros e pelos líderes políticos e da sociedade civil. Não se trata de opor as pessoas às árvores nem de eliminar os mercados apenas por serem falíveis. O objetivo, em vez disso, é perceber como podemos conciliar diferentes abordagens – por meio das normas e dos valores, dos incentivos e da regulamentação, da própria natureza – de modo a expandir as liberdades humanas, sem deixar de atenuar as pressões sobre o planeta.

O pensamento baseado em sistemas e na complexidade aplica-se, igualmente, às normas. Estas são criadas e reforçadas de forma transversal à sociedade, a partir do que as crianças aprendem na escola, do que as pessoas fazem online, do que os líderes afirmam e consagram em políticas. As normas exibem propriedades de estabilidade e resiliência, mas podem ser suficientemente influenciadas – e já o foram – em pontos críticos, de modo a transitarem para novos estados, umas vezes desejáveis, outras nem tanto. Os ciclos de

retroação positiva podem contribuir para a aceleração e estabilização de novos estados normativos, por vezes de forma veloz, a exemplo das normas relativas ao tabaco. Porém, o retrocesso não deixa, evidentemente, de ser possível. De que modo é que as normas, tão vagas quanto poderosas, mudam? De que alavancas e mecanismos dispõem os responsáveis pela formulação de políticas e os cidadãos comuns? Esta é a questão que dinamiza o capítulo 4 do Relatório. Um possível primeiro passo consiste na ampliação do leque de escolhas das pessoas. A expansão das opções – tais como as fontes de energia renovável e as redes de transportes multimodais – está em consonância com o objetivo de ajudar as pessoas a realizarem os seus valores e também condiz com mercados competitivos e funcionais.

“O Relatório apela a uma transformação justa, que amplie as liberdades humanas e que, simultaneamente, alivie as pressões sobre o planeta.

Paralelamente, as fases de crise podem deslocar os sistemas, aproximando-os de limiares críticos de mudança. Tomemos como exemplo a experiência de diversos países no tocante ao seu progresso em direção aos cuidados de saúde universais, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Uma análise recente concluiu que, num conjunto de 49 países em diferentes faixas de rendimento, a maioria se aproximou da cobertura universal de cuidados de saúde devido à rutura do status quo, mesmo durante a recuperação de episódios de instabilidade social.³⁵ Acresce que a transição destes países para os cuidados de saúde universais foi, tipicamente, facilitada pela consecução anterior deste objetivo pelos respetivos vizinhos e pares – um exemplo quer de incentivos quer de efeitos positivos de retroação. As crises sobrepostas com que nos deparamos atualmente e, de um modo mais imediato, no quadro da pandemia de Covid-19 proporcionam às sociedades o ensejo de reavaliarem as respetivas normas e, aos decisores políticos, o de tomarem medidas arrojadas com vista a uma recuperação social e económica que invista num futuro mais saudável, ecológico e equitativo, que amplie as liberdades humanas e alivie, em simultâneo, as pressões sobre o planeta.

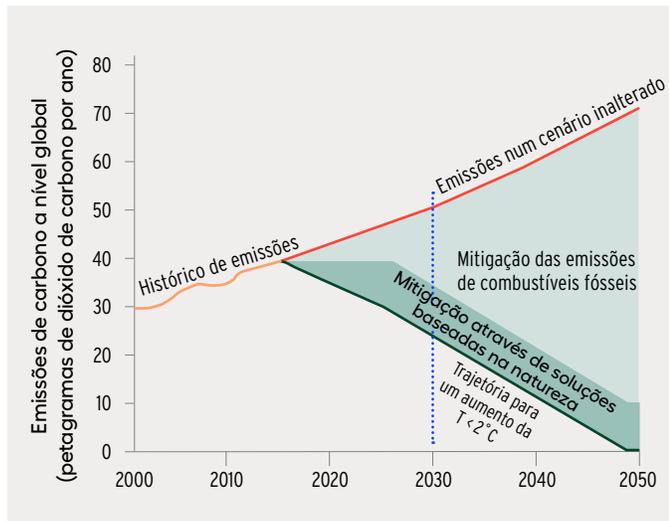
Hoje em dia, quase 80 por cento da população mundial considera importante proteger o planeta. Contudo, apenas cerca de metade afirmam estar dispostos a tomar medidas concretas para o salvar. Existe uma discrepância entre os valores das pessoas e o seu comportamento (ver capítulo 4). Para ajudar a suprir esta lacuna e a capacitar as pessoas, o Relatório debruça-se, ainda, sobre as formas como os incentivos e a regulamentação podem impedir as pessoas de atuarem com base nos seus valores ou contribuir para que o façam (capítulo 5). Os incentivos importam, mesmo se os indivíduos não mudarem de ideias ou de valores.

Os incentivos – desde os subsídios a combustíveis fósseis aos preços do carbono ou à respetiva ausência – ajudam a explicar os atuais padrões de consumo, produção e investimento, bem como outras escolhas que conduzem a desequilíbrios sociais e planetários. Atenemos nos subsídios a combustíveis fósseis, que geram custos diretos e indiretos superiores a 5 B\$ por ano. A eliminação destes subsídios em 2015 teria reduzido, a nível global, as emissões de carbono em 28 por cento e as mortes devido à poluição atmosférica provocada pelos combustíveis fósseis, em 46 por cento.³⁶

O Relatório documenta, ainda, possíveis modos de evolução dos incentivos e da regulamentação que aliviarão as pressões sobre o planeta e aproximariam as sociedades das mudanças transformadoras necessárias ao progresso do desenvolvimento humano no Antropoceno. Foram tidos em consideração três aspetos moldados por incentivos. O primeiro é o financiamento, que inclui os incentivos internos das empresas financeiras, bem como as entidades reguladoras que as supervisionam. O segundo corresponde aos preços, que raramente refletem, na íntegra, os custos sociais e ambientais, distorcendo, deste modo, o comportamento. O terceiro consiste nos incentivos à ação coletiva, inclusive a nível internacional.

O desenvolvimento humano sustentado na natureza contribui para a abordagem conjunta de três dos principais desafios do Antropoceno – a atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas, a proteção da biodiversidade e a garantia do bem-estar de todos os seres humanos. O desenvolvimento humano sustentado na natureza prende-se com a integração do desenvolvimento humano – incluindo os sistemas sociais e económicos – nos ecossistemas e na biosfera, partindo de uma abordagem sistémica de soluções sustentadas na natureza, focada na agência das pessoas. O potencial é imenso, com benefícios que abrangem desde a mitigação das alterações climáticas e a redução de riscos de catástrofe à promoção da segurança alimentar e ao aumento da disponibilidade e da qualidade hídricas. Um conjunto de 20 medidas economicamente eficientes, transversais às florestas, zonas húmidas, pradarias e terras agrícolas de todo o mundo, poderia assegurar 37 por cento da mitigação necessária, até 2030, inclusive, para evitar que o aquecimento global ultrapasse os 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, assim como 20 por cento da mitigação necessária até 2050, inclusive (figura 6).³⁷ Cerca de dois terços do referido potencial de mitigação (o equivalente a um quarto da mitigação total necessária) estão ligados aos caminhos florestais, sobretudo à reflorestação. O contributo per capita dos povos indígenas da Amazônia para a mitigação das alterações climáticas, através das suas ações de preservação florestal, equivale às emissões *per capita* do percentil superior da distribuição do rendimento global (ver capítulo 6).

Figura 6 Vinte soluções sustentadas na natureza poderão contribuir, em grande medida, para a mitigação necessária à contenção do aquecimento global



Fonte: Gríscorn e outros 2017.

Embora o termo “soluções sustentadas na natureza” padeça da associação a uma linguagem orientada para as soluções, não é dessa índole. Pelo contrário, as soluções (ou abordagens) sustentadas na natureza têm, com frequência, raízes em perspetivas assentes num sistema socioecológico, que reconhecem a multiplicidade dos benefícios e valores inerentes a um ecossistema saudável, tanto para as pessoas como para o planeta. No entanto, é a própria complexidade, bem como a multidimensionalidade, dos seus benefícios que tende a torná-las uma exceção e não a regra. Reconhecemos a dificuldade da agregação e quantificação dos seus benefícios de modo apropriado à utilização de métricas económicas convencionais, bem como nos casos em que estes benefícios estão dispersos por ministérios da agricultura, do ambiente, dos transportes e infraestruturas, do ordenamento do território, do turismo, da saúde, das finanças... a lista continua. Assim sendo, o problema não reside nas soluções sustentadas na natureza, mas sim na inadequação das métricas e dos modelos de governação prevalecentes, bem como em não se reconhecer a agência das pessoas no âmbito da sua implementação. Para o sucesso dos países e das pessoas no Antropoceno, é imprescindível que a conjugação do pensamento e da formulação de políticas se torne norma.

O Relatório concentra-se em mecanismos de ação, ao invés de intervenientes específicos, em parte porque o desenvolvimento humano no Antropoceno carecerá de respostas que envolvam toda a sociedade. Ainda assim, um conjunto de intervenientes, em particular, desempenha um papel especialmente importante de liderança: os governos, sobretudo os governos nacionais. Só os governos dispõem da autoridade formal e do poder necessários à mobilização da ação coletiva

para desafios comuns, quer se trate de legislar e aplicar um preço ao carbono, de suprimir leis que marginalizem e privem pessoas de direitos ou de definir o enquadramento das políticas e instituições, assente no investimento público, de modo a estimular uma inovação contínua e amplamente disseminada. O poder implica responsabilidade e transparência.

Contudo, nem toda a ação pode partir dos governos. Os desafios do Antropoceno são demasiado complexos para paladinos ou meros expedientes tecnológicos. Também não podemos ignorar a oportunidade e a importância da mobilização social da base para o topo. Os indivíduos, as comunidades e os movimentos sociais reivindicam, pressionam e apoiam a ação dos governos. Sendo verdade que a liderança e a ação governamentais, por si só, são insuficientes, é certo, porém, que não deixam de ser necessárias. É importante liderar através do exemplo. Ao subsidiarem os combustíveis fósseis, os governos transmitem um sinal poderoso, para lá das óbvias implicações económicas e ambientais. Fazem ouvir, do mesmo modo, uma mensagem marcante acerca dos valores. Vários países – incluindo o Chile, a China, o Japão e a República da Coreia – transmitiram, recentemente, poderosas mensagens no sentido inverso, por meio do anúncio de novos e arrojados compromissos de neutralidade carbónica.³⁸ Também a União Europeia o fez.³⁹ A proliferação de compromissos estatais – bem como do setor privado, que tem dado provas de um interesse renovado no investimento sustentável e em práticas empresariais conscientes dos impactos ambientais, sociais e de governança (capítulo 5) – traduzidos em ações, pode facilitar a transição normativa necessária ao progresso do desenvolvimento humano no Antropoceno.

O desenvolvimento é dinâmico; as prioridades e os valores mudam. O mesmo deveria suceder com as métricas. É por este motivo que o conjunto das ferramentas de medição do desenvolvimento humano tem evoluído constantemente. Na última década, assistimos ao lançamento de uma série de novos painéis e índices compostos destinados a medir as desigualdades de género e a capacitação das mulheres. Desde o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010, o IDH Ajustado à Desigualdade tem em conta a distribuição do desenvolvimento humano no seio de cada país. Posteriormente, foi também apresentado um Índice de Pobreza Multidimensional global, de forma a desviar a nossa atenção das medidas tradicionais de pobreza, baseadas no rendimento, para uma perspetiva mais holística da pobreza tal como é vivida.

O IDH continua a ser útil para a medição de um conjunto de capacidades básicas, embora tenhamos, claramente, superado o paradigma de um único e derradeiro indicador. De facto, o IDH nunca teve a pretensão de refletir a totalidade do desenvolvimento humano. Os desafios que enfrentamos, tal como as possibilidades

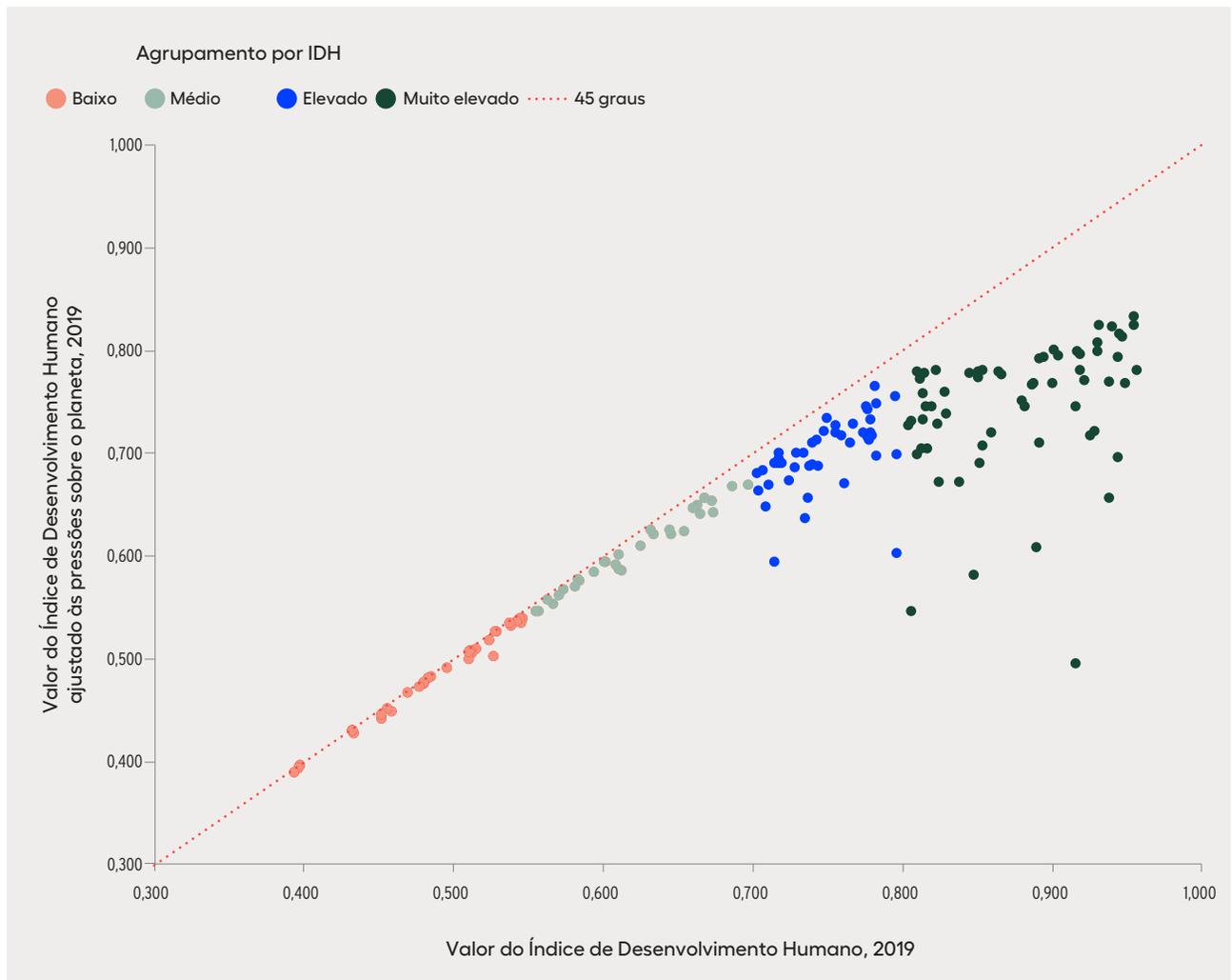
que se nos oferecem, sempre foram mais complexos, demasiado multidimensionais e interligados para que uma só métrica – ou mesmo um punhado de métricas, por muita qualidade que tenham – seja capaz de os captar por si só. A complexidade exige um maior número de ângulos de análise. As novas métricas auxiliam a sua criação.

“O Relatório apresenta um ajuste do Índice de Desenvolvimento Humano às pressões sobre o planeta, transportando-o para uma nova era geológica.

Que realidades são exploradas no Relatório através de novas métricas? Entre estas, inclui-se a próxima geração de painéis, assim como métricas que ajustam a componente de rendimento do IDH de forma a ter em conta os custos do carbono, ora sociais ora para a riqueza natural. No seu conjunto, não visam

emitir juízos de valor acerca dos países. Em vez disso, à semelhança de todas as outras métricas do desenvolvimento humano, contribuem para que os países compreendam, de um modo abrangente, o seu próprio progresso ao longo do tempo, para que aprendam com as experiências dos demais e elevem as suas ambições no tocante ao avanço do desenvolvimento humano, tendo, simultaneamente, em conta as interações entre as pessoas e o planeta. Auxiliam, ainda, as pessoas e as organizações da sociedade civil na sua tarefa de responsabilizar os países pelos seus compromissos. Ainda que as métricas compostas, especialmente à escala global, sejam, por inerência, incapazes de captar as complexidades nacionais e locais, proporcionam, em todo o caso, amplas perspetivas de conjunto e direcionais. No seu melhor, podem contribuir, embora não as substituam, para as minúcias do diálogo e da formulação de políticas, necessárias em todas as sociedades.

Figura 7 A correção dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano padrão pelo Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta dilata-se à medida que os níveis de desenvolvimento humano aumentam



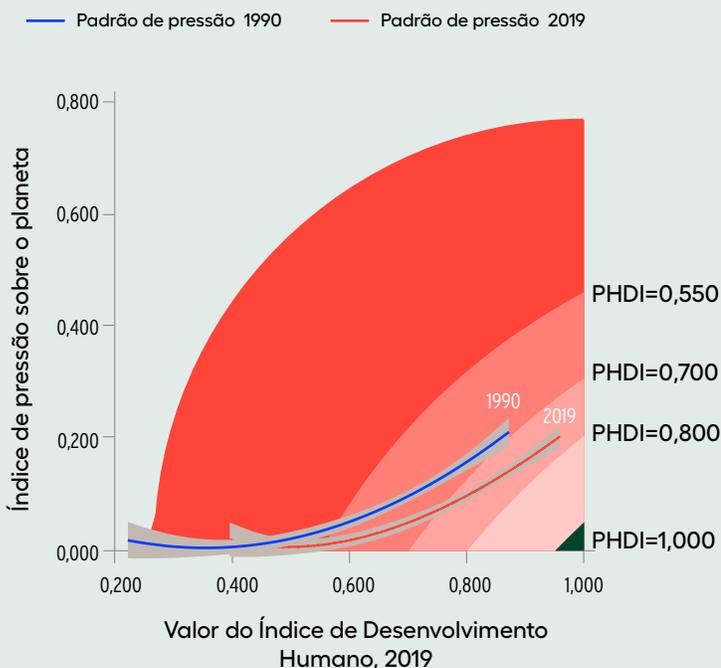
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Caixa 1 O Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às pressões sobre o planeta: Avisos à navegação para o Antropoceno

O IDHP proporciona uma métrica destinada a orientar a trajetória de progresso do desenvolvimento humano e de alívio simultâneo das pressões sobre o planeta – uma combinação que, atualmente, corresponde a um “canto vazio”, se compararmos o desenvolvimento humano com os indicadores da pressão sobre o planeta (o retângulo verde da figura 5).¹ Na seguinte figura, o eixo horizontal representa o valor do IDH e o eixo vertical, o índice das pressões sobre o planeta.² Os contornos das áreas sombreadas representam os valores constantes do IDHP que resultam de diferentes combinações dos valores do IDH e dos valores do índice de pressões sobre o planeta. Os valores do IDHP aumentam à medida que estas linhas se deslocam para o canto inferior direito, que corresponde à expansão das capacidades e à redução das pressões sobre o planeta. Este canto, destacado a verde, é o destino pretendido para a trajetória do desenvolvimento humano no Antropoceno. A curva correspondente ao desempenho médio, em ambos os índices, de todos os países deslocou-se em direção ao referido canto entre 1990 e 2019.³ No entanto, este deslocamento foi demasiado lento e modesto. Para que se verifique um maior progresso, é necessário que todos os países transitem, de forma rápida e substancial, para o canto inferior direito. O IDHP e o IDH podem contribuir para a avaliação e, sobretudo, para o encorajamento de escolhas que orientem a trajetória do desenvolvimento humano no Antropoceno de forma a aproximarmos de um rumo que conduza, simultaneamente, ao progresso do desenvolvimento humano e ao alívio das pressões sobre o planeta.

O mundo tem progredido demasiado lentamente no que diz respeito ao avanço do desenvolvimento humano em simultâneo com o alívio das pressões sobre o planeta

Melhorias em termos de eficiência: 1990 vs. 2019



Nota: Os padrões transversais de pressão referentes a 1990 e 2019 foram calculados através de modelos de regressão polinomial. As áreas sombreadas representam os intervalos de confiança.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Notas

1. Ver análise idêntica in Lin e outros (2018). Enquanto representação visual do espaço correspondente às aspirações para o desenvolvimento, traz, igualmente, à memória o conceito de “casillero vacío” in Fajnzylber (1990). **2.** Ou seja, um menos o fator de ajuste às pressões sobre o planeta, multiplicado pelo IDH, cujo produto é o IDHP. **3.** Agradecemos a Marina Fischer-Kowalski os seus esclarecimentos acerca deste padrão.

O Relatório apresenta um ajuste do IDH às pressões sobre o planeta. O IDH ajustado às pressões sobre o planeta (IDHP) mantém a simplicidade e clareza do IDH original, sem deixar de ter em conta algumas das dinâmicas sistêmicas complexas discutidas ao longo do Relatório. Ao levar em conta uma parte das principais pressões sobre o planeta, transporta o IDH para uma nova era geológica.

“Há inúmeras oportunidades para que os países expandam as capacidades baseadas no desenvolvimento humano, reduzindo, simultaneamente, as pressões sobre o planeta. Se adicionarmos a agência e os valores a essa receita, as oportunidades exponenciam-se.

O IDHP ajusta o IDH padrão consoante o nível de emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país, em ambos os casos *per capita*. A respeito dos países que ocupam a base do espectro do desenvolvimento humano, o impacto desta correção é, no geral, reduzido. Já no caso dos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano, este impacto tende a acentuar-se, refletindo o modo multifacetado como as respetivas trajetórias de desenvolvimento humano afetam o planeta (figura 7 e caixa 1).

A boa notícia é que há inúmeras oportunidades para que os países expandam as capacidades baseadas no

desenvolvimento humano, reduzindo, simultaneamente, as pressões sobre o planeta. Se adicionarmos a agência e os valores a esta receita, conforme o Relatório demonstra, as oportunidades para a expansão das liberdades humanas e o alívio daquelas pressões exponenciam-se.

No seu ilustre romance do pós-guerra, *A Peste*, Albert Camus escreveu que “cada um de nós a carrega, esta peste, porque ninguém no mundo, ninguém, está imune.”⁴⁰ Se porventura o estivesse a escrever nos dias de hoje, poderia, facilmente, dar-se o caso de se tratar de um reparo acerca da Covid-19 ou das alterações climáticas, apesar de se compreender, naturalmente, que, ainda que todos sejamos afetados, não o somos por igual. Ainda assim e embora, do ponto de vista da humanidade, possa estar em causa, atualmente, bem mais do que há cerca de 70 anos, existem motivos para ter esperança – já não estamos condenados a ser meros alvos de pestes ou do desenvolvimento. O destino foi usurpado pela escolha, a qual, por sua vez, está subordinada ao poder. Nesta admirável e inédita era geológica do Antropoceno – nesta época dos seres humanos – é na nossa espécie que reside, singularmente, o poder de reimaginar e reconstruir o nosso mundo, de optar pela justiça e pela sustentabilidade. Esta edição de 2020 do Relatório do Desenvolvimento Humano, dada à estampa no ato final de um ano tumultuoso com várias camadas de crises globais, ajuda a sinalizar o caminho.

Notas

- 1 Berger 2020; Carroll e outros 2018; Cheng e outros 2007; Johnson e outros 2020; Morse e outros 2012.
- 2 Dolce 2020; Guzman 2020; Lam 2020; Norman 2020.
- 3 Bloch 2020; Guy 2020; Mega 2020; Witzke 2020.
- 4 Díaz e outros 2019a. Ver também Díaz e outros 2019a.
- 5 Conforme se defende em Kolbert (2014). Ver também Ceballos, Ehrlich e Raven (2020) e Torres-Romero e outros (2020).
- 6 Os desequilíbrios sociais referem-se a assimetrias, ao nível das oportunidades, da riqueza e do poder, entre grupos de pessoas. O termo “equilíbrio” é empregue sem deixar de reconhecer que o sistema terrestre apresenta uma grande diversidade de estados ao longo do tempo e que o planeta e os respetivos sub-sistemas (incluindo a biosfera, que abrange toda a vida existente na Terra) são dinâmicos e se encontram em constante evolução. Deste modo, não deve ser interpretado como uma tentativa de representação de um conceito de “equilíbrio da natureza” nem de regresso a um hipotético estado anterior caracterizado por um equilíbrio mais desejável. Destina-se, unicamente, a referir, de forma abreviada, as alterações globais perigosas para a vida na Terra, inclusive para as pessoas. Estamos gratos a Victor Galaz, do Centro de Resiliência de Estocolmo, e a Erle C. Ellis, da Universidade de Maryland, pelo respetivo auxílio na clarificação deste conceito e da terminologia.
- 7 PNUD 2019.
- 8 Carleton e outros 2020.
- 9 Para mais informações acerca da interação entre a equidade e a sustentabilidade, ver Leach e outros (2018).
- 10 Hyde 2020.
- 11 Ver também a discussão, na edição de 2019 do Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD 2019), sobre o modo como as desigualdades dificultam a adoção de medidas de combate às alterações climáticas.
- 12 No que representa uma caracterização simbólica impressionante do Antropoceno, até ao final de 2020, a massa dos materiais produzidos pelas atividades humanas (aque, no passado recente, duplicou a cada 20 anos) irá superar, pela primeira vez na história, a biomassa natural (Elhacham e outros 2020). Ver a discussão no capítulo 2 do Relatório. Para um enquadramento precoce do conceito de Antropoceno, ver (Steffen, Crutzen e McNeill 2007). A proposta original foi apresentada por Crutzen (2002) e Crutzen e Stoermer (2000). Ver também Steffen e outros (2016). Zalasiewicz e outros (2008) levantaram a possibilidade de formalizar uma nova era geológica e Zalasiewicz viria a liderar o Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno, que, em agosto de 2016, recomendou, formalmente e a título provisório, à União Internacional das Ciências Geológicas a designação de Antropoceno para a nova era geológica, com data de início em meados do século XX. A estas recomendações seguiu-se uma votação vinculativa do grupo de trabalho, que as confirmou em maio de 2019 (<http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>). Para uma resenha recente, ver Ellis (2018a).
- 13 IEP 2020.
- 14 E de como trabalhar em conjunto por um futuro melhor quando temos valores e perspetivas distintos. Ver Ellis (2018b, 2019a).
- 15 Esta constatação também é relevante no contexto das narrativas de colapso social, conforme se discute no capítulo 4 do Relatório. Ver Butzer e Endfield (2012).
- 16 PNUD 2019.
- 17 Steffen e outros 2015.
- 18 PNUD 2019.
- 19 Nações Unidas 2020.
- 20 Banco Mundial 2020. Além disso, os países poderão sofrer um retrocesso equivalente a 9 anos de progresso no Índice de Pobreza Multidimensional (PNUD e OPHI 2020).
- 21 PNUD 2020.
- 22 Amartya Sen (Sen 2013., p. 7) sublinhou a importância desta transição para uma perspetiva das pessoas enquanto agentes, em lugar de pacientes, ao enfrentarmos os desafios do Antropoceno: “Embora a nossa dificuldade seja o dilema da insustentabilidade, a tarefa de o resolver também é nossa. Quer a natureza do problema quer a sua apreciação em maior detalhe e os meios e formas de o solucionar pertencem-nos – à humanidade como um todo. Se existe um assunto em relação ao qual são necessários compromissos não tendenciosos e colaboração, certamente será este. Contudo, de modo a tornar este processo possível e eficaz, necessitamos de uma visão da humanidade não enquanto pacientes cujos interesses devem ser protegidos, mas antes como agentes capazes de tomar medidas eficazes – tanto individualmente como em conjunto.
- 23 Ver também Ellis (2019b).
- 24 Conforme se discute in OMS (2019) e Wipfli e Samet (2016).
- 25 Bilano e outros 2015.
- 26 Organização Mundial da Saúde 2018, 2020.
- 27 Ver Carson (1962), Turner e Isenberg (2020) e Wills (2020).
- 28 Fischer-Kowalski e Weisz 1999; Leach e outros 2018; Weisz e Clark 2011.
- 29 Downing e outros 2020; Lele 2020; Steffen e outros 2018.
- 30 Cai, Lenton e Lontzek 2016; Lenton 2013.
- 31 Nyström e outros 2019.
- 32 Quanto à importância da diversidade biocultural, ver Merçon e outros (2019) e (Maffi 2005). Quanto a perspetivas mais abrangentes da resiliência, ver Folke (2016), Lenton (2020) e Reyers e outros (2018).
- 33 Lenton e outros 2008; Steffen e outros 2018.
- 34 Galaz, Collste e Moore 2020. Ver também Maffi (2005).
- 35 McDonnell 2019.
- 36 Coady e outros 2019. Jewell e outros (2018) observaram um menor impacto sobre as emissões do que o relatado por Coady e outros (2017), mas Parry (2018) explica esta discrepância em função do âmbito de consideração do impacto dos subsídios nos dois estudos, ao passo que Coady e outros (2019) apresentam uma perspetiva mais ampla, e reitera o impacto expressivo dos subsídios sobre as emissões.
- 37 Griscorn e outros 2017.
- 38 Climate Action Tracker 2020, McCurry 2020a, b; Sengupta 2020.
- 39 Comissão Europeia 2019.
- 40 de Botton 2020.

Índices de desenvolvimento humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional*				
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	Grupo ^c	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Ano e inquérito ^d	
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2008-2019	2008-2019	2008-2019	2008-2019	
Desenvolvimento humano muito elevado													
1	Noruega	0,957	0,899	6,1	0	0,990	1	0,045	6
2	Irlanda	0,955	0,885	7,4	-3	0,981	1	0,093	23
2	Suíça	0,955	0,889	6,9	-1	0,968	2	0,025	1
4	Hong Kong, China (RAE)	0,949	0,824	13,2	-17	0,972	2
4	Islândia	0,949	0,894	5,8	2	0,969	2	0,058	9
6	Alemanha	0,947	0,869	8,2	-4	0,972	2	0,084	20
7	Suécia	0,945	0,882	6,6	0	0,983	1	0,039	3
8	Austrália	0,944	0,867	8,1	-3	0,976	1	0,097	25
8	Países Baixos	0,944	0,878	7,0	0	0,966	2	0,043	4
10	Dinamarca	0,940	0,883	6,1	4	0,983	1	0,038	2
11	Finlândia	0,938	0,888	5,4	7	0,990	1	0,047	7
11	Singapura	0,938	0,813	13,3	-15	0,985	1	0,065	12
13	Reino Unido	0,932	0,856	8,1	-3	0,970	2	0,118	31
14	Bélgica	0,931	0,859	7,7	1	0,974	2	0,043	4
14	Nova Zelândia	0,931	0,859	7,8	0	0,964	2	0,123	33
16	Canadá	0,929	0,848	8,7	-1	0,986	1	0,080	19
17	Estados Unidos	0,926	0,808	12,7	-11	0,994	1	0,204	46
18	Áustria	0,922	0,857	7,1	3	0,964	2	0,069	14
19	Israel	0,919	0,814	11,4	-6	0,973	2	0,109	26
19	Japão	0,919	0,843	8,3	1	0,978	1	0,094	24
19	Listenstaine	0,919
22	Eslovénia	0,917	0,875	4,6	12	1,001	1	0,063	10
23	Coreia (República da)	0,916	0,815	11,0	-2	0,936	3	0,064	11
23	Luxemburgo	0,916	0,826	9,8	2	0,976	1	0,065	12
25	Espanha	0,904	0,783	13,4	-13	0,986	1	0,070	16
26	França	0,901	0,820	9,0	2	0,987	1	0,049	8
27	Chéquia	0,900	0,860	4,4	14	0,985	1	0,136	36
28	Malta	0,895	0,823	8,0	5	0,966	2	0,175	40
29	Estónia	0,892	0,829	7,1	9	1,017	1	0,086	21
29	Itália	0,892	0,783	12,2	-7	0,968	2	0,069	14
31	Emirados Árabes Unidos	0,890	0,931	3	0,079	18
32	Grécia	0,888	0,791	10,9	-3	0,963	2	0,116	29
33	Chipre	0,887	0,805	9,2	1	0,979	1	0,086	21
34	Lituânia	0,882	0,791	10,3	0	1,030	2	0,124	34
35	Polónia	0,880	0,813	7,6	6	1,007	1	0,115	28
36	Andorra	0,868
37	Letónia	0,866	0,783	9,5	0	1,036	2	0,176	41
38	Portugal	0,864	0,761	12,0	-5	0,988	1	0,075	17
39	Eslováquia	0,860	0,807	6,1	7	0,992	1	0,191	45
40	Hungria	0,854	0,791	7,4	6	0,981	1	0,233	51
40	Arábia Saudita	0,854	0,896	5	0,252	56
42	Barém	0,852	0,922	4	0,212	49
43	Chile	0,851	0,709	16,7	-12	0,963	2	0,247	55
43	Croácia	0,851	0,783	8,0	2	0,990	1	0,116	29
45	Catar	0,848	1,030	2	0,185	43
46	Argentina	0,845	0,729	13,7	-4	0,993	1	0,328	75
47	Brunei Darussalã	0,838	0,981	1	0,255	60
48	Montenegro	0,829	0,749	9,6	0	0,966	2	0,109	26	0,005	1,2	39,6	2018 M
49	Roménia	0,828	0,730	11,9	-1	0,991	1	0,276	61
50	Palau	0,826
51	Cazaquistão	0,825	0,766	7,1	4	0,980	1	0,190	44	0,002 ^e	0,5 ^e	35,6 ^e	2015 M
52	Federação Russa	0,824	0,740	10,2	2	1,007	1	0,225	50
53	Bielorrússia	0,823	0,771	6,4	7	1,007	1	0,118	31
54	Turquia	0,820	0,683	16,8	-11	0,924	4	0,306	68
55	Uruguai	0,817	0,712	12,9	-2	1,016	1	0,288	62
56	Bulgária	0,816	0,721	11,6	2	0,995	1	0,206	48
57	Panamá	0,815	0,643	21,1	-17	1,019	1	0,407	94
58	Bahamas	0,814	0,341	77
58	Barbados	0,814	0,676	17,0	-9	1,008	1	0,252	56	0,009 ¹	2,5 ¹	34,2 ¹	2012 M
60	Omã	0,813	0,714	12,2	3	0,936	3	0,306	68
61	Geórgia	0,812	0,716	11,9	5	0,980	1	0,331	76	0,001 ^a	0,3 ^e	36,6 ^e	2018 M
62	Costa Rica	0,810	0,661	18,5	-11	0,981	1	0,288	62
62	Malásia	0,810	0,972	2	0,253	59

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional ^a				
	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	Grupo ^c	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Ano e inquérito ^d	
	Valor	Valor											2019
64	Koweit	0,806	0,983	1	0,242	53	
64	Sérvia	0,806	0,705	12,5	2	0,977	1	0,132	35	0,001 ^e	0,3 ^e	42,5 ^e	2014 M
66	Maurícia	0,804	0,694	13,6	1	0,976	1	0,347	78	
Desenvolvimento humano elevado													
67	Seicheles	0,796	0,670	15,8	-6	0,003 ^{sh}	0,9 ^{sh}	34,2 ^{sh}	2019 N
67	Trindade e Tobago	0,796	1,003	1	0,323	73	0,002 ^e	0,6 ^e	38,0 ^e	2011 M
69	Albânia	0,795	0,708	11,0	6	0,967	2	0,181	42	0,003	0,7	39,1	2017/2018 D
70	Cuba	0,783	0,944	3	0,304	67	0,002 ⁱ	0,4 ⁱ	36,8 ⁱ	2017 N
70	Irão (República Islâmica do)	0,783	0,693	11,5	3	0,866	5	0,459	113
72	Sri Lanca	0,782	0,673	14,0	-1	0,955	2	0,401	90	0,011	2,9	38,3	2016 N
73	Bósnia-Herzegovina	0,780	0,667	14,5	-3	0,937	3	0,149	38	0,008 ^f	2,2 ^f	37,9 ^f	2011/2012 M
74	Granada	0,779
74	México	0,779	0,613	21,3	-13	0,960	2	0,322	71	0,026 ^f	6,6 ^f	39,0 ^f	2016 N ^j
74	São Cristóvão e Neves	0,779
74	Ucrânia	0,779	0,728	6,6	16	1,000	1	0,234	52	0,001 ⁱ	0,2 ⁱ	34,5 ⁱ	2012 M
78	Antígua e Barbuda	0,778
79	Peru	0,777	0,628	19,1	-8	0,957	2	0,395	87	0,029	7,4	39,6	2018 N
79	Tailândia	0,777	0,646	16,9	-2	1,008	1	0,359	80	0,003 ^e	0,8 ^e	39,1 ^e	2015/2016 M
81	Arménia	0,776	0,699	9,9	12	0,982	1	0,245	54	0,001	0,2	36,2	2015/2016 D
82	Macedónia do Norte	0,774	0,681	12,0	8	0,952	2	0,143	37	0,010 ^f	2,5 ^f	37,7 ^f	2011 M
83	Colômbia	0,767	0,595	22,4	-12	0,989	1	0,428	101	0,020 ⁱ	4,8 ⁱ	40,6 ⁱ	2015/2016 D
84	Brasil	0,765	0,570	25,5	-20	0,993	1	0,408	95	0,016 ^{ei,k}	3,8 ^{ei,k}	42,5 ^{ei,k}	2015 N ^k
85	China	0,761	0,639	16,1	2	0,957	2	0,168	39	0,016 ^{lm}	3,9 ^{lm}	41,4 ^{lm}	2014 N ⁿ
86	Equador	0,759	0,616	18,8	-3	0,967	2	0,384	86	0,018 ^e	4,6 ^e	39,9 ^e	2013/2014 N
86	Santa Lúcia	0,759	0,629	17,2	0	0,985	1	0,401	90	0,007 ^f	1,9 ^f	37,5 ^f	2012 M
88	Azerbaijão	0,756	0,684	9,5	16	0,943	3	0,323	73
88	República Dominicana	0,756	0,595	21,3	-8	0,999	1	0,455	112	0,015 ^j	3,9 ^j	38,9 ^j	2014 M
90	Moldávia (República da)	0,750	0,672	10,4	13	1,014	1	0,204	46	0,004	0,9	37,4	2012 M
91	Argélia	0,748	0,596	20,4	-3	0,858	5	0,429	103	0,008	2,1	38,8	2012/2013 M
92	Líbano	0,744	0,892	5	0,411	96
93	Ilhas Fiji	0,743	0,370	84
94	Domínica	0,742
95	Maldivas	0,740	0,584	21,0	-10	0,923	4	0,369	82	0,003	0,8	34,4	2016/2017 D
95	Tunísia	0,740	0,596	19,4	-1	0,900	4	0,296	65	0,003	0,8	36,5	2018 M
97	São Vicente e Granadinas	0,738	0,965	2
97	Suriname	0,738	0,535	27,6	-18	0,985	1	0,436	105	0,011	2,9	39,4	2018 M
99	Mongólia	0,737	0,634	14,0	11	1,023	1	0,322	71	0,028 ^o	7,3 ^o	38,8 ^o	2018 M
100	Botsuana	0,735	0,998	1	0,465	116	0,073 ^p	17,2 ^p	42,2 ^p	2015/2016 N
101	Jamaica	0,734	0,612	16,7	4	0,994	1	0,396	88	0,018 ^f	4,7 ^f	38,7 ^f	2014 N
102	Jordânia	0,729	0,622	14,7	9	0,875	5	0,450	109	0,002	0,4	35,4	2017/2018 D
103	Paraguai	0,728	0,557	23,5	-7	0,966	2	0,446	107	0,019	4,5	41,9	2016 M
104	Tonga	0,725	0,950	3	0,354	79
105	Líbia	0,724	0,976	1	0,252	56	0,007	2,0	37,1	2014 P
106	Usbequistão	0,720	0,939	3	0,288	62
107	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,718	0,546	24,0	-9	0,945	3	0,417	98	0,094	20,4	46,0	2008 D
107	Indonésia	0,718	0,590	17,8	2	0,940	3	0,480	121	0,014 ⁱ	3,6 ⁱ	38,7 ⁱ	2017 D
107	Filipinas	0,718	0,587	18,2	-1	1,007	1	0,430	104	0,024 ⁱ	5,8 ⁱ	41,8 ⁱ	2017 D
110	Belize	0,716	0,554	22,6	-5	0,976	1	0,415	97	0,017	4,3	39,8	2015/2016 M
111	Samoa	0,715	0,360	81
111	Turquemenistão	0,715	0,586	18,1	2	0,001	0,4	36,1	2015/2016 M
113	Venezuela (República Bolivariana da)	0,711	0,588	17,3	6	1,009	1	0,479	119
114	África do Sul	0,709	0,468	34,0	-18	0,986	1	0,406	93	0,025	6,3	39,8	2016 D
115	Palestina (Estado da)	0,708	0,613	13,5	15	0,870	5	0,004	1,0	37,5	2014 M
116	Egito	0,707	0,497	29,7	-10	0,882	5	0,449	108	0,019 ^h	5,2 ^h	37,6 ^h	2014 D
117	Ilhas Marshall	0,704
117	Vietname	0,704	0,588	16,5	9	0,997	1	0,296	65	0,019 ⁱ	4,9 ⁱ	39,5 ⁱ	2013/2014 M
119	Gabão	0,703	0,544	22,6	0	0,916	4	0,525	128	0,066	14,8	44,3	2012 D
Desenvolvimento humano médio													
120	Quirguizistão	0,697	0,630	9,6	25	0,957	2	0,369	82	0,001	0,4	36,3	2018 M
121	Marrocos	0,686	0,835	5	0,454	111	0,085 ^e	18,6 ^e	45,7 ^e	2011 P
122	Guiana	0,682	0,556	18,5	5	0,961	2	0,462	115	0,014	3,4	41,8	2014 M
123	Iraque	0,674	0,541	19,7	2	0,774	5	0,577	146	0,033	8,6	37,9	2018 M
124	El Salvador	0,673	0,529	21,5	0	0,975	2	0,383	85	0,032	7,9	41,3	2014 M
125	Tajiquistão	0,668	0,584	12,6	11	0,823	5	0,314	70	0,029	7,4	39,0	2017 D

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional*			
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	Grupo ^c	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Ano e inquérito ^d
126 Cabo Verde	0,665	0,974	2	0,397	89
127 Guatemala	0,663	0,481	27,5	-3	0,941	3	0,479	119	0,134	28,9	46,2	2014/2015 D
128 Nicarágua	0,660	0,505	23,5	0	1,012	1	0,428	101	0,074	16,3	45,2	2011/2012 D
129 Butão	0,654	0,476	27,2	-3	0,921	4	0,421	99	0,175 ^e	37,3 ^e	46,8 ^e	2010 M
130 Namíbia	0,646	0,418	35,3	-14	1,007	1	0,440	106	0,171	38,0	45,1	2013 D
131 Índia	0,645	0,537	16,8	8	0,820	5	0,488	123	0,123	27,9	43,9	2015/2016 D
132 Honduras	0,634	0,472	25,6	-2	0,978	1	0,423	100	0,090 ^q	19,3 ^q	46,4 ^q	2011/2012 D
133 Bangladeche	0,632	0,478	24,3	2	0,904	4	0,537	133	0,104	24,6	42,2	2019 M
134 Quiribáti	0,630	0,516	18,1	7	0,080	19,8	40,5	2018/2019 M
135 São Tomé e Príncipe	0,625	0,520	16,7	9	0,906	4	0,537	133	0,092	22,1	41,7	2014 M
136 Micronésia (Estados Federados da)	0,620
137 República Democrática Popular do Laos	0,613	0,461	24,8	0	0,927	3	0,459	113	0,108	23,1	47,0	2017 M
138 Essuatíni (Reino de)	0,611	0,432	29,4	-5	0,996	1	0,567	143	0,081	19,2	42,3	2014 M
138 Gana	0,611	0,440	28,0	-3	0,911	4	0,538	135	0,138	30,1	45,8	2014 D
140 Vanuatu	0,609
141 Timor-Leste	0,606	0,436	28,0	-2	0,942	3	0,210	45,8	45,7	2016 D
142 Nepal	0,602	0,446	25,8	3	0,933	3	0,452	110	0,148	34,0	43,6	2016 D
143 Quênia	0,601	0,443	26,3	3	0,937	3	0,518	126	0,178	38,7	46,0	2014 D
144 Camboja	0,594	0,475	20,0	9	0,922	4	0,474	117	0,170	37,2	45,8	2014 D
145 Guiné Equatorial	0,592
146 Zâmbia	0,584	0,401	31,4	-2	0,958	2	0,539	137	0,232	47,9	48,4	2018 D
147 Mianmar	0,583	0,954	2	0,478	118	0,176	38,3	45,9	2015/2016 D
148 Angola	0,581	0,397	31,7	-4	0,903	4	0,536	132	0,282	51,1	55,3	2015/2016 D
149 Congo	0,574	0,430	25,1	2	0,929	3	0,570	144	0,112	24,3	46,0	2014/2015 M
150 Zimbabué	0,571	0,441	22,8	7	0,931	3	0,527	129	0,110	25,8	42,6	2019 M
151 Ilhas Salomão	0,567
151 República Árabe da Síria	0,567	0,829	5	0,482	122	0,029 ^e	7,4 ^e	38,9 ^e	2009 P
153 Camarões	0,563	0,375	33,4	-7	0,864	5	0,560	141	0,243	45,3	53,5	2014 M
154 Paquistão	0,557	0,384	31,1	-4	0,745	5	0,538	135	0,198	38,3	51,7	2017/2018 D
155 Papua-Nova Guiné	0,555	0,390	29,8	-1	0,725	161	0,263 ^l	56,6 ^l	46,5 ^l	2016/2018 D
156 Comores	0,554	0,303	45,2	-21	0,891	5	0,181	37,3	48,5	2012 D
Desenvolvimento humano baixo												
157 Mauritània	0,546	0,371	32,1	-4	0,864	5	0,634	151	0,261	50,6	51,5	2015 M
158 Benim	0,545	0,343	37,1	-10	0,855	5	0,612	148	0,368	66,8	55,0	2017/2018 D
159 Uganda	0,544	0,399	26,7	7	0,863	5	0,535	131	0,269	55,1	48,8	2016 D
160 Ruanda	0,543	0,387	28,7	3	0,945	3	0,402	92	0,259	54,4	47,5	2014/2015 D
161 Nigéria	0,539	0,348	35,4	-3	0,881	5	0,254	46,4	54,8	2018 D
162 Costa do Marfim	0,538	0,350	34,9	-1	0,811	5	0,638	153	0,236	46,1	51,2	2016 M
163 Tanzânia (República Unida da)	0,529	0,397	25,0	10	0,948	3	0,556	140	0,273	55,4	49,3	2015/2016 D
164 Madagáscar	0,528	0,390	26,1	9	0,952	2	0,384	69,1	55,6	2018 M
165 Lesoto	0,527	0,382	27,6	6	1,014	1	0,553	139	0,084 ^h	19,6 ^h	43,0 ^h	2018 M
166 Jibuti	0,524
167 Togo	0,515	0,351	31,8	4	0,822	5	0,573	145	0,180	37,6	47,8	2017 M
168 Senegal	0,512	0,348	32,1	2	0,870	5	0,533	130	0,288	53,2	54,2	2017 D
169 Afeganistão	0,511	0,659	5	0,655	157	0,272 ^l	55,9 ^l	48,6 ^l	2015/2016 D
170 Haiti	0,510	0,303	40,5	-10	0,875	5	0,636	152	0,200	41,3	48,4	2016/2017 D
170 Sudão	0,510	0,333	34,7	-3	0,860	5	0,545	138	0,279	52,3	53,4	2014 M
172 Gâmbia	0,496	0,335	32,4	1	0,846	5	0,612	148	0,204	41,6	49,0	2018 M
173 Etiópia	0,485	0,348	28,3	5	0,837	5	0,517	125	0,489	83,5	58,5	2016 D
174 Malauí	0,483	0,345	28,6	5	0,986	1	0,565	142	0,243	52,6	46,2	2015/2016 D
175 Congo (República Democrática do)	0,480	0,335	30,3	3	0,845	5	0,617	150	0,331	64,5	51,3	2017/2018 M
175 Guiné-Bissau	0,480	0,300	37,5	-7	0,372	67,3	55,3	2014 M
175 Libéria	0,480	0,325	32,3	1	0,890	5	0,650	156	0,320	62,9	50,8	2013 D
178 Guiné	0,477	0,313	34,4	0	0,817	5	0,373	66,2	56,4	2018 D
179 Iémen	0,470	0,321	31,8	4	0,488	5	0,795	162	0,241	47,7	50,5	2013 D
180 Eritreia	0,459
181 Moçambique	0,456	0,316	30,7	3	0,912	4	0,523	127	0,411	72,5	56,7	2011 D
182 Burquina Fasso	0,452	0,316	30,1	5	0,867	5	0,594	147	0,519	83,8	61,9	2010 D
182 Serra Leoa	0,452	0,291	35,7	-2	0,884	5	0,644	155	0,297	57,9	51,2	2017 M
184 Mali	0,434	0,289	33,4	-1	0,821	5	0,671	158	0,376	68,3	55,0	2018 D
185 Burundi	0,433	0,303	30,0	3	0,999	1	0,504	124	0,403	74,3	54,3	2016/2017 D
185 Sudão do Sul	0,433	0,276	36,2	-2	0,842	5	0,580	91,9	63,2	2010 M
187 Chade	0,398	0,248	37,8	-1	0,764	5	0,710	160	0,533	85,7	62,3	2014/2015 D
188 República Centro-Africana	0,397	0,232	41,6	-1	0,801	5	0,680	159	0,465 ^e	79,4 ^e	58,6 ^e	2010 M
189 Níger	0,394	0,284	27,9	3	0,724	5	0,642	154	0,590	90,5	65,2	2012 D
Outros países ou territórios												
.. Coreia (República Popular Democrática da)
.. Mónaco
.. Nauru
.. São Marino
.. Somália

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional ^a			
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	Grupo ^c	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Ano e inquérito ^d
Tuvalu
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,898	0,800	10,9	-	0,981	-	0,173	-	0,002	0,4	37,3	-
Desenvolvimento humano elevado	0,753	0,618	17,9	-	0,961	-	0,340	-	0,017	4,1	40,7	-
Desenvolvimento humano médio	0,631	0,503	20,2	-	0,835	-	0,501	-	0,133	29,2	45,5	-
Desenvolvimento humano baixo	0,513	0,352	31,4	-	0,861	-	0,592	-	0,333	61,0	54,7	-
Países em vias de desenvolvimento	0,689	0,549	20,3	-	0,919	-	0,463	-	0,108	22,0	49,0	-
Regiões												
Estados Árabes	0,705	0,531	24,6	-	0,856	-	0,518	-	0,077	15,8	48,5	-
Ásia Oriental e Pacífico	0,747	0,621	16,8	-	0,961	-	0,324	-	0,023	5,4	42,5	-
Europa e Ásia Central	0,791	0,697	11,8	-	0,953	-	0,256	-	0,004	1,0	38,1	-
América Latina e Caraíbas	0,766	0,596	22,1	-	0,978	-	0,389	-	0,031	7,2	43,0	-
Ásia do Sul	0,641	0,519	19,1	-	0,824	-	0,505	-	0,132	29,2	45,2	-
África Subariana	0,547	0,381	30,4	-	0,894	-	0,570	-	0,299	55,0	54,3	-
Países menos desenvolvidos	0,538	0,384	28,6	-	0,874	-	0,559	-	0,292	55,0	53,1	-
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,728	0,549	24,5	-	0,959	-	0,458	-	0,111	23,3	47,6	-
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,900	0,791	12,1	-	0,978	-	0,205	-	0,024	6,1	39,4	-
Mundo	0,737	0,599	18,7	-	0,943	-	0,436	-	0,108	22,0	49,0	-

Notas

- a Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para mais pormenores, ver *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.
- b Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- c Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.
- d *D* indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, *M* indica que os dados são de Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos, *N* indica que os dados são de inquéritos nacionais e *P* indica que os dados são do Inquérito Pan-árabe sobre População e Saúde Familiar (consultar a lista de inquéritos nacionais em <http://hdr.undp.org/en/mpi-2020-faq>).
- e Tem em conta as mortes infantis ocorridas em qualquer momento, dado que o inquérito não recolheu a data das mortes infantis.
- f Falta o indicador sobre mortalidade infantil.
- g Falta o indicador sobre escolaridade.
- h Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.
- i Falta o indicador sobre nutrição.
- j As estimativas do Índice de Pobreza Multidimensional baseiam-se no Inquérito Nacional sobre Saúde e Nutrição de 2016. As estimativas baseadas no Inquérito de Grupo para Indicadores Múltiplos de 2015 são de 0,010 para o valor do Índice de Pobreza Multidimensional, de 2,6 para a contagem de pessoas (%) em situação de pobreza multidimensional, de 3.207.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional no ano do inquérito, de 3.281.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional projetada para 2018, de 40,2 para a intensidade da privação, de 0,4 para a população em situação de pobreza multidimensional grave, de 6,1 para a população vulnerável à pobreza multidimensional, de 39,9 para a contribuição das privações de saúde, de 23,8 para a contribuição das privações de educação e de 36,3 para a contribuição das privações de padrões de vida.
- k A metodologia foi ajustada para ter em conta o indicador em falta sobre a nutrição e o indicador incompleto sobre a mortalidade infantil (o inquérito não recolheu a data das mortes infantis).
- l Dadas as informações disponíveis nos dados, a mortalidade infantil foi calculada com base nas mortes ocorridas entre os inquéritos — isto é, entre 2012 e 2014. As mortes infantis comunicadas por um homem adulto do agregado familiar foram tidas em conta, uma vez que a data da morte foi comunicada.
- m Falta o indicador sobre habitação.
- n Com base na versão dos dados acedida a 7 de junho de 2016.

o O indicador sobre saneamento obedece à classificação nacional, na qual as latrinas convencionais com lajes se consideram não melhoradas.

p O indicador sobre mortalidade infantil reflete, unicamente, os óbitos de crianças com uma idade inferior a 5 anos falecidas nos cinco anos anteriores e os óbitos de crianças com 12–18 anos de idade falecidas nos dois anos anteriores.

q Falta o indicador sobre eletricidade.

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDHAD, ver *Nota técnica 2* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH.

Diferença da classificação do IDH: Diferença das classificações do IDHAD e do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Género, ver *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desigualdade de Género: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desigualdade de Género, ver *Nota técnica 4* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

Índice de Pobreza Multidimensional: Percentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, ver *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33%. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas multidimensionalmente pobres no ano do inquérito e número projetado de pessoas multidimensionalmente pobres em 2018.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

Fontes de dados principais

Colunas 1 e 7: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019a), do Instituto de Estatística da UNESCO (2020), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2020), do Banco Mundial (2020b), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2020).

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019), do Instituto de Estatística da UNESCO (2020), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2020), do Banco Mundial (2020), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2020).

Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na *Nota Técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf).

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHAD e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Coluna 5: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019), do Instituto de Estatística da UNESCO (2020), de Barro e Lee (2018), do Banco Mundial (2020), da OIT (2020) e do FMI (2020).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados da coluna 5.

Coluna 7: Cálculos do GRDH baseados em dados da OMS, da UNICEF, do FNUAP, do Grupo do Banco Mundial e da Divisão de População das Nações Unidas (2019).

Coluna 8: Cálculos baseados nos dados da coluna 7.

Colunas 9–11: Cálculos do GRDH e da OPHI baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de saúde, educação e nível de vida, provenientes de vários inquéritos das famílias conforme a lista da coluna 12, utilizando uma metodologia revista descrita na *Nota Técnica 5* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf).

Coluna 12: Referente ao ano e ao inquérito cujos dados foram utilizados para calcular o valor do Índice de Pobreza Multidimensional do país e os seus componentes.

Referências

- Barro, R. J. e J.-W. Lee. 2018.** Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 20 de julho de 2020.
- Berger, K. 2020.** "The Man Who Saw the Pandemic Coming." *Nautilus*, 12 de março. <http://nautilus.com/issue/83/intelligence/the-man-who-saw-the-pandemic-coming>. Acedido em 23 de novembro de 2020.
- Bilano, V., Gilmour, S., Moffiet, T., d'Espaignet, E. T., Stevens, G. A., Commar, A., Tuyi, F. e outros. 2015.** "Global Trends and Projections for Tobacco Use, 1990–2025: An Analysis of Smoking Indicators from the WHO Comprehensive Information Systems for Tobacco Control." *The Lancet* 385(9972): 966–976.
- Bloch, M., Reinhard, S., Tompkins, L., Pietsch, B., and McDonnell Nieto del Rio, G. 2020.** "Fire Map: California, Oregon and Washington." *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/interactive/2020/us/fires-map-tracker.html>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Butzer, K. W., and Endfield, G. H. 2012.** "Critical Perspectives on Historical Collapse." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(10): 3628–3631.
- Cai, Y., Lenton, T. M. e Lontzek, T. S. 2016.** "Risk of Multiple Interacting Tipping Points Should Encourage Rapid CO2 Emission Reduction." *Nature Climate Change* 6(5): 520–525.
- Carleton, T. A., Jina, A., Delgado, M. T., Greenstone, M., Houser, T., Hsiang, S. M., Hultgren, A. e outros. 2020.** "Valuing the Global Mortality Consequences of Climate Change Accounting for Adaptation Costs and Benefits." Documento de trabalho 27599, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Carroll, D., Daszak, P., Wolfe, N. D., Gao, G. F., Morel, C. M., Morzaria, S., Pablos-Méndez, A. e outros. 2018.** "The Global Virome Project." *Science* 359(6378): 872–874.
- Carson, R. 2002.** *Silent Spring*. Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt.
- Ceballos, G., Ehrlich, P. R. e Raven, P. H. 2020.** "Vertebrates on the Brink as Indicators of Biological Annihilation and the Sixth Mass Extinction." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(24): 13596–13602.
- Cheng, V. C. C., Lau, S. K. P., Woo, P. C. Y. e Yuen, K. Y. 2007.** "Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus as an Agent of Emerging and Reemerging Infection." *Clinical Microbiology Reviews* 20(4): 660–694.
- Climate Action Tracker. 2020.** "Climate Action Tracker: Chile." <https://climateactiontracker.org/countries/chile/pledges-and-targets/>. Acedido em 23 de novembro de 2020.
- Coady, D., Parry, I., Le, N.-P. e Shang, B. 2019.** "Global Fossil Fuel Subsidies Remain Large: An Update Based on Country-Level Estimates." Documento de trabalho WP/19/89, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Coady, D., Parry, I., Sears, L. e Shang, B. 2017.** "How Large Are Global Fossil Fuel Subsidies?" *World Development* 91: 11–27.
- Crutzen, P. e Stoermer, E. 2000.** "The 'Anthropocene.'" *Global Change Newsletter* (41): 17–18.
- Crutzen, P. J. 2002.** "Geology of Mankind." *Nature* 415(6867): 23–23.
- de Botton, A. 2020.** "Camus on the Coronavirus." *New York Times*, 19 de março. <https://www.nytimes.com/2020/03/19/opinion/sunday/coronavirus-camus-plague.html>. Acedido em 8 de dezembro de 2020.
- Díaz, S., Settele, J., Brondízio, E. S., Ngo, H. T., Agard, J., Arneth, A., Balvanera, P. e outros. 2019a.** "Pervasive Human-Driven Decline of Life on Earth Points to the Need for Transformative Change." *Science* 366(6471).
- Díaz, S., Settele, J., Brondízio, E., Ngo, H., Guèze, M., Agard, J., Arneth, A. e outros. 2019b.** "Summary for Policymakers of the Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services." Bona, Alemanha: Secretariado da Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos.
- Dolce, C. 2020.** "All the Records the 2020 Hurricane Season Has Broken So Far." *The Weather Channel*, 6 de outubro. <https://weather.com/storms/hurricane/news/2020-09-21-atlantic-hurricane-season-2020-records>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Downing, A. S., Chang, M., Kuiper, J. J., Campenni, M., Häyhä, T., Cornell, S., Svedin, U. e Mooij, W. 2020.** "Learning from Generations of Sustainability Concepts." *Environmental Research Letters* 15(8).
- Ellis, E. C. 2018a.** *Anthropocene: A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Ellis, E. C. 2018b.** "Science Alone Won't Save the Earth. People Have to Do That." *The New York Times*, 11 de agosto. <https://www.nytimes.com/2018/08/11/opinion/sunday/science-people-environment-earth.html>. Acedido em 23 de novembro de 2020.
- Ellis, E. C. 2019a.** "Sharing the Land between Nature and People." *Science* 364(6447): 1226–1228.
- Ellis, E. C. 2019b.** "To Conserve Nature in the Anthropocene, Half Earth Is Not Nearly Enough." *One Earth* 1(2): 163–167.
- Comissão Europeia. 2019.** "Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. The European Green Deal. Com/2019/640 Final." Bruxelas: Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2019%3A640%3AFIN>. Acedido em 23 de novembro de 2020.
- Fajnzylber, F. 1990.** "Industrialización en América Latina: de la 'caja negra' al 'casillero vacío': comparación de patrones contemporáneos de industrialización." Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas, Santiago.
- Fischer-Kowalski, M. e Weisz, H. 1999.** "Society as Hybrid between Material and Symbolic Realms: Toward a Theoretical Framework of Society-Nature Interrelation." *Advances in Human Ecology* 8: 215–251.
- Folke, C. 2016.** "Resilience (Republicado)." *Ecology and Society* 21(4).
- Galaz, V., Collste, D. e Moore, M.-L. 2020.** "Planetary Change and Human Development." Manuscrito por publicar, Universidade de Estocolmo, Centro de Resiliência de Estocolmo.
- Griscom, B. W., Adams, J., Ellis, P. W., Houghton, R. A., Lomax, G., Miteva, D. A., Schlesinger, W. H. e outros. 2017.** "Natural Climate Solutions." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(44): 11645–11650.
- Guy, J. 2020.** "Nearly Three Billion Animals Killed or Displaced by Australia's Fires." *CNN*, 28 de julho. <https://www.cnn.com/2020/07/28/asia/australia-fires-wildlife-report-scli-intl-scn/index.html>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Guzman, J. 2020.** "Zeta Becomes 27th Storm This Year. The Atlantic Hasn't Experienced This Many Storms for Nearly Two Decades." *The Hill*, 26 de outubro. <https://thehill.com/changing-america/sustainability/environment/522795-zeta-becomes-27th-storm-this-year-the-atlantic>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Hyde, S. D. 2020.** "Democracy's Backsliding in the International Environment." *Science* 369(6508): 1192–1196.
- IEP (Instituto para a Economia e a Paz). 2020.** *Ecological Threat Register 2020: Understanding Ecological Threats, Resilience and Peace*. Sydney, Austrália.

- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2020.** ILOSTAT database. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 21 de julho de 2020.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2020.** World Economic Outlook database. Washington, DC. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2020/01/weodata/index.aspx>. Acedido em 15 de julho de 2020.
- Jewell, J., McCollum, D., Emmerling, J., Bertram, C., Gernaat, D. E. H. J., Krey, V., Paroussos, L. e outros. 2018.** "Limited Emission Reductions from Fuel Subsidy Removal except in Energy-Exporting Regions." *Nature* 554(7691): 229–233.
- Johnson, C. K., Hitchens, P. L., Pandit, P. S., Rushmore, J., Evans, T. S., Young, C. C. W. e Doyle, M. M. 2020.** "Global Shifts in Mammalian Population Trends Reveal Key Predictors of Virus Spillover Risk." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 287(1924): 20192736
- Kolbert, E. 2014.** *The Sixth Extinction: An Unnatural History*. Nova Iorque: Henry Holt and Company.
- Lam, L. 2020.** "Hurricane Epsilon Is the Seventh Atlantic Storm to Rapidly Intensify in 2020." *The Weather Channel*, 21 de outubro. <https://weather.com/storms/hurricane/news/2020-10-21-rapid-intensification-atlantic-2020>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Leach, M., Meyers, B., Bai, X., Brondizio, E. S., Cook, C., Diaz, S., Espindola, G. e outros. 2018.** "Equity and Sustainability in the Anthropocene: A Social-Ecological Systems Perspective on Their Intertwined Futures." *Global Sustainability* 1.
- Lele, S. 2020.** "Environment and Well-Being: A Perspective from the Global South." *New Left Review* 123 (maio–junho): 41–63.
- Lenton, T. M. 2013.** "Environmental Tipping Points." *Annual Review of Environment and Resources* 38(1): 1–29.
- Lenton, T. M. 2020.** "Tipping Positive Change." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 375(1794): 20190123.
- Lenton, T. M., Held, H., Kriegler, E., Hall, J. W., Lucht, W., Rahmstorf, S. e Schellnhuber, H. J. 2008.** "Tipping Elements in the Earth's Climate System." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105(6): 1786–1793.
- Lin, D., Hanscom, L., Murthy, A., Galli, A., Evans, M., Neill, E., Mancini, M. S. e outros. 2018.** "Ecological Footprint Accounting for Countries: Updates and Results of the National Footprint Accounts, 2012–2018." *Resources* 7(3).
- Maffi, L. 2005.** "Linguistic, Cultural, and Biological Diversity." *Annual Review of Anthropology* 34(1): 599–617.
- McCurry, J. 2020a.** "Japan Will Become Carbon Neutral by 2050, PM Pledges." *The Guardian*, 26 de outubro. <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/26/japan-will-become-carbon-neutral-by-2050-pm-pledges>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- McCurry, J. 2020b.** "South Korea Vows to Go Carbon Neutral by 2050 to Fight Climate Emergency." *The Guardian*, 28 de outubro. <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/28/south-korea-vows-to-go-carbon-neutral-by-2050-to-fight-climate-emergency>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- McDonnell, A. U., Ana F. e Samman, E. 2019.** "Reaching Universal Health Coverage: A Political Economy Review of Trends across 49 Countries." Documento de trabalho 570, Overseas Development Institute, Londres.
- Mega, E. R. 2020.** "Apocalyptic' Fires Are Ravaging the World's Largest Tropical Wetland." *Nature*, 25 de setembro. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02716-4>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Merçon, J., Vetter, S., Tengö, M., Cocks, M., Balvanera, P., Rosell, J. e Ayala-Orozco, B. 2019.** "From Local Landscapes to International Policy: Contributions of the Biocultural Paradigm to Global Sustainability." *Global Sustainability* 2(e7): 1–11.
- Morse, S. S., Mazet, J. A., Woolhouse, M., Parrish, C. R., Carroll, D., Karesh, W. B., Zambrana-Torrel, C. e outros. 2012.** "Prediction and Prevention of the Next Pandemic Zoonosis." *The Lancet* 380(9857): 1956–1965.
- Norman, G. e Chinchar, A. 2020.** "With Two Months Left, the 2020 Hurricane Season Has a Chance to Set the Record for Most Named Storms." *CNN*, 3 de outubro. <https://www.cnn.com/2020/10/03/weather/gamma-rapid-intensification-on-record-season/index.html>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Nyström, M., Jouffray, J.-B., Norström, A. V., Crona, B., Søgaard Jørgensen, P., Carpenter, S. R., Bodin, Ö. e outros. 2019.** "Anatomy and Resilience of the Global Production Ecosystem." *Nature* 575(7781): 98–108.
- Parry, I. 2018.** "Fossil-Fuel Subsidies Assessed." *Nature* 554(7691): 175–176.
- Reyers, B., Folke, C., Moore, M.-L., Biggs, R. e Galaz, V. 2018.** "Social-Ecological Systems Insights for Navigating the Dynamics of the Anthropocene." *Annual Review of Environment and Resources* 43(1): 267–289.
- Sen, A. 2013.** "The Ends and Means of Sustainability." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(1): 6–20.
- Sengupta, S. 2020.** "China, in Pointed Message to U.S., Tightens Its Climate Targets." *New York Times*, 22 de setembro. <https://www.nytimes.com/2020/09/22/climate/china-emissions.html>. Acedido em 1 de dezembro de 2020.
- Steffen, W., Crutzen, P. J. e McNeill, J. R. 2007.** "The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature." *Ambio* 36(8): 614–621.
- Steffen, W., Leinfelder, R., Zalasiewicz, J., Waters, C. N., Williams, M., Summerhayes, C., Barnosky, A. D. e outros. 2016.** "Stratigraphic and Earth System Approaches to Defining the Anthropocene." *Earth's Future* 4(8): 324–345.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., Biggs, R. e outros. 2015.** "Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet." *Science* 347(6223).
- Steffen, W., Rockström, J., Richardson, K., Lenton, T. M., Folke, C., Liverman, D., Summerhayes, C. P. e outros. 2018.** "Trajectories of the Earth System in the Anthropocene." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(33): 8252–8259.
- Torres-Romero, E. J., Giordano, A. J., Ceballos, G. e López-Bao, J. V. 2020.** "Reducing the Sixth Mass Extinction: Understanding the Value of Human-Altered Landscapes to the Conservation of the World's Largest Terrestrial Mammals." *Biological Conservation* 249: 108706.
- Turner, J. M. e Isenberg, A. C. 2020.** "Earth Day at 50." *Science* 368(6488): 215.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas). 2019.** *World Population Prospects: The 2019 Revision. Rev. 1*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 30 de abril de 2020.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2019.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020.** *Covid-19 and Human Development: Assessing the Crisis, Envisioning the Recovery*. 2020 Human Development Perspectives. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OPHI (Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford) 2020.** *Global Multidimensional Poverty Index 2020: Charting Pathways out of Multidimensional Poverty: Achieving the SDGs*. Nova Iorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/2020_mpi_report_en.pdf. Acedido em 9 de setembro de 2020.
- Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2020.** Data Centre. <http://data.uis.unesco.org>. Acedido em 21 de julho de 2020.
- Organização das Nações Unidas. 2020.** "We Can End Poverty: Millennium Development Goals and Beyond 2015." <https://www.un.org/millenniumgoals/poverty.shtml>. Acedido em 18 de novembro de 2020.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2020.** National Accounts Main Aggregates Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de julho de 2020.
- Weisz, H. e Clark, E. 2011.** "Society–Nature Coevolution: Interdisciplinary Concept for Sustainability." *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography* 93(4): 281–287.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2018.** *2018 Global Progress Report on Implementation of the WHO Framework Convention on Tobacco Control*. Genebra.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2019.** *WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2019*. Genebra.

OMS (Organização Mundial da Saúde). 2020. *WHO Framework Convention on Tobacco Control*. Genebra. https://www.who.int/fctc/text_download/en/. Acedido em 18 de novembro de 2020.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Grupo do Banco Mundial e Divisão da População das Nações Unidas. 2019. *Trends in Maternal Mortality: 2000 to 2017: Estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and the United Nations Population Division*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <http://www.who.int/reproductivehealth/>

[publications/maternal-mortality-2000-2017/](https://www.who.int/reproductivehealth/publications/maternal-mortality-2000-2017/). Acedido em 4 de agosto de 2020.

Wills, M. 2020. "The First Earth Day, and the First Green Generation." *JSTOR Daily*, 15 de abril. <https://daily.jstor.org/the-first-earth-day-and-the-first-green-generation/>. Acedido em 23 de novembro de 2020.

Wipfli, H. e Samet, J. M. 2016. "One Hundred Years in the Making: The Global Tobacco Epidemic." *Annual Review of Public Health* 37: 149–166.

Witze, A. 2020. "The Arctic Is Burning Like Never Before—and That's Bad News for Climate Change."

Nature, 10 de setembro. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02568-y>. Acedido em 18 de novembro de 2020.

Banco Mundial. 2020. *Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune*. Washington, DC.

Banco Mundial. 2020. World Development Indicators database. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 22 de julho de 2020.

Zalasiewicz, J., Williams, M., Smith, A., Barry, T. L., Coe, A. L., Bown, P. R., Brenchley, P. e outros. 2008. "Are We Now Living in the Anthropocene." *GSA Today* 18(2): 4.

CHAVE PARA OS PAÍSES E CLASSIFICAÇÕES DO IDH, 2019

Afganistão	169	República Dominicana	88	Lesoto	165	São Cristóvão e Neves	74
Albânia	69	Equador	86	Libéria	175	Santa Lúcia	86
Argélia	91	Egito	116	Líbia	105	São Vicente e Granadinas	97
Andorra	36	El Salvador	124	Listenstaine	19	Samoa	111
Angola	148	Guiné Equatorial	145	Lituânia	34	São Marino	
Antígua e Barbuda	78	Eritreia	180	Luxemburgo	23	São Tomé e Príncipe	135
Argentina	46	Estónia	29	Madagáscar	164	Arábia Saudita	40
Arménia	81	Essuatíni (Reino de)	138	Malawi	174	Senegal	168
Austrália	8	Etiópia	173	Malásia	62	Sérvia	64
Áustria	18	Ilhas Fiji	93	Maldivas	95	Seicheles	67
Azerbaijão	88	Finlândia	11	Mali	184	Serra Leoa	182
Bahamas	58	França	26	Malta	28	Singapura	11
Barém	42	Gabão	119	Ilhas Marshall	117	Eslováquia	39
Bangladeche	133	Gâmbia	172	Mauritânia	157	Eslovénia	22
Barbados	58	Geórgia	61	Maurícia	66	Ilhas Salomão	151
Bielorrússia	53	Alemanha	6	México	74	Somália	
Bélgica	14	Gana	138	Micronésia (Estados Federados da)	136	África do Sul	114
Belize	110	Grécia	32	Moldávia (República da)	90	Sudão do Sul	185
Benim	158	Granada	74	Mónaco		Espanha	25
Butão	129	Guatemala	127	Mongólia	99	Sri Lanca	72
Bolívia (Estado Plurinacional da)	107	Guiné	178	Montenegro	48	Sudão	170
Bósnia-Herzegovina	73	Guiné-Bissau	175	Marrocos	121	Suriname	97
Botsuana	100	Guiana	122	Moçambique	181	Suécia	7
Brasil	84	Haiti	170	Mianmar	147	Suíça	2
Brunei Darussalá	47	Honduras	132	Namíbia	130	República Árabe da Síria	151
Bulgária	56	Hong Kong, China (RAE)	4	Nauru		Taijiquistão	125
Burquina Fasso	182	Hungria	40	Nepal	142	Tanzânia (República Unida da)	163
Burundi	185	Islândia	4	Países Baixos	8	Tailândia	79
Cabo Verde	126	Índia	131	Nova Zelândia	14	Timor-Leste	141
Camboja	144	Indonésia	107	Nicarágua	128	Togo	167
Camarões	153	Irão (República Islâmica do)	70	Níger	189	Tonga	104
Canadá	16	Iraque	123	Nigéria	161	Trindade e Tobago	67
República Centro-Africana	188	Irlanda	2	Macedónia do Norte	82	Tunísia	95
Chade	187	Israel	19	Noruega	1	Turquia	54
Chile	43	Itália	29	Omã	60	Turquemenistão	111
China	85	Jamaica	101	Paquistão	154	Tuvalu	
Colômbia	83	Japão	19	Palau	50	Uganda	159
Comores	156	Jordânia	102	Palestina (Estado da)	115	Ucrânia	74
Congo	149	Cazaquistão	51	Panamá	57	Emirados Árabes Unidos	31
Congo (República Democrática do)	175	Quénia	143	Papua-Nova Guiné	155	Reino Unido	13
Costa Rica	62	Quiribáti	134	Paraguai	103	Estados Unidos	17
Costa do Marfim	162	Coreia (República Popular Democrática da)		Peru	79	Uruguai	55
Croácia	43	Coreia (República da)	23	Filipinas	107	Usbequistão	106
Cuba	70	Koweit	64	Polónia	35	Vanuatu	140
Chipre	33	Quirguizistão	120	Portugal	38	Venezuela (República Bolivariana da)	113
Chéquia	27	República Democrática Popular do Laos	137	Catar	45	Vietname	117
Dinamarca	10	Letónia	37	Roménia	49	Iémen	179
Jibuti	166	Libano	92	Federação Russa	52	Zâmbia	146
Domínica	94			Ruanda	160	Zimbabué	150



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza New York,
NY 10017
www.undp.org

É possível que estejamos a entrar numa nova era geológica, apelidada de Antropoceno, em que os humanos são uma força preponderante, moldando o futuro do planeta. Este futuro já está a assumir contornos assustadores em muitos aspetos, desde as alterações climáticas ao colapso da biodiversidade, passando pela epidemia de plástico nos nossos oceanos.

A pressão sobre o planeta espelha a pressão que muitas sociedades enfrentam. De facto, os desequilíbrios sociais e planetários reforçam-se mutuamente. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 evidenciou, muitas das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano continuam a dilatar-se. As alterações climáticas, entre outras alterações perigosas à escala planetária, só as agravarão.

A pandemia de Covid-19 pode ser a mais recente e óbvia consequência traumática do desequilíbrio. Há muito que os cientistas advertem para a maior frequência do surgimento de organismos patogénicos desconhecidos, devido às interações entre os seres humanos, o gado e a vida selvagem, pressionando os ecossistemas de tal forma que o extravasamento de vírus mortíferos constitui uma consequência dessa realidade. A ação coletiva, seja em torno da pandemia de Covid-19, das alterações climáticas ou de qualquer outro problema, torna-se mais difícil com a fragmentação social como pano de fundo.

Conscientes ou não, as escolhas humanas, enformadas por valores e instituições, deram origem aos desequilíbrios sociais e planetários interligados com que nos deparamos. A boa notícia, assim sendo, é a possibilidade de fazermos escolhas diferentes. Temos o poder de encetar novas e arrojadas trajetórias de desenvolvimento, que permitam uma expansão ininterrupta das liberdades humanas em equilíbrio com o planeta.

É este o contributo do conceito de desenvolvimento humano, que, este ano, celebra o seu 30.º aniversário, para os desafios complexos que esta nova era lança a cada um de nós. Trata-se, além disso, da principal mensagem desta edição do Relatório do Desenvolvimento Humano global. O desenvolvimento

humano não é uma mera possibilidade no quadro do alívio das pressões sobre o planeta, mas antes uma ferramenta essencial.

O Relatório apela a uma transformação justa, que amplie as liberdades humanas sem deixar de aliviar as pressões sobre o planeta. Para que as pessoas prosperem no Antropoceno, é necessário que os novos rumos de desenvolvimento alcancem três objetivos: o reforço da equidade, o fomento da inovação e o inculcar do sentido de conservação do planeta. Estes resultados são importantes, por si só e para o nosso futuro comum na Terra. São do interesse de todos os países.

As recomendações do Relatório estão organizadas em torno de mecanismos de mudança: normas e valores sociais, incentivos e regulamentação para o desenvolvimento humano sustentado na natureza. Cada mecanismo de mudança determina diversos papéis a desempenhar, eventualmente, por cada indivíduo, pelos governos, pelas empresas e pelos líderes políticos e da sociedade civil.

Em seguida, o Relatório explora novas métricas para uma nova era. Entre estas, figura um Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às pressões sobre o planeta, corrigindo o Índice de Desenvolvimento Humano padrão (IDH) em função das emissões de dióxido de carbono *per capita* e da pegada material de cada país. O Relatório apresenta, ainda, a próxima geração de painéis, assim como métricas que ajustam o IDH de modo a considerar os custos do carbono, ora sociais ora para a riqueza natural.

Aproxima-se um novo normal, que, mais do que incerto, é desconhecido. De resto, não é possível, simplesmente, “resolvê-lo”. A pandemia de Covid-19 é apenas a ponta do icebergue. Para navegar pelo admirável mundo novo do Antropoceno, garantindo a prosperidade de todas as pessoas e aliviando, em simultâneo, as pressões sobre o planeta, é preciso nada menos do que uma mudança completa de atitude, concretizada por políticas. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 ajuda a sinalizar o caminho.